

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS – FACE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – PPGCC

PAULA GRACIELY DA SILVA BRAGA

EFEITOS DA ADOÇÃO DA IFRS 15 NO GERENCIAMENTO DE RECEITAS: UMA
ANÁLISE DOS PAÍSES DO BRICS

GOIÂNIA
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Paula Graciely da Silva Braga

3. Título do trabalho

Efeitos da adoção da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas: uma análise dos países do BRICS.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Silva Do Carmo, Coordenador**, em 10/06/2020, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA GRACIELY DA SILVA BRAGA, Discente**, em 10/06/2020, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1376741** e o código CRC **5FDA9DEB**.

PAULA GRACIELY DA SILVA BRAGA

**EFEITOS DA ADOÇÃO DA IFRS 15 NO GERENCIAMENTO DE RECEITAS: UMA
ANÁLISE DOS PAÍSES DO BRICS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo

**GOIÂNIA
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

da Silva Braga, Paula Graciely
EFEITOS DA ADOÇÃO DA IFRS 15 NO GERENCIAMENTO DE RECEITAS: UMA ANÁLISE DOS PAÍSES DO BRICS [manuscrito] / Paula Graciely da Silva Braga. - 2020.
LX, 60 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Goiânia, 2020.

Apêndice.

Inclui tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. IFRS 15. 2. Gerenciamento de Receitas. 3. Discricionariedade. 4. Accruals específicos. . I. Silva do Carmo, Carlos Henrique , orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 007/2020 da sessão de Defesa de Dissertação de **Paula Graciely da Silva Braga**, que confere o título de Mestre(a) em **Ciências Contábeis**, na área de concentração em **Ciências Contábeis**.

Ao/s **onze dias do mês de março de 2020**, a partir da(s) **14:00 horas**, no(a) **2107 Miniauditório da FACE**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Efeitos da adoção da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas nos setores potencialmente mais afetados: uma análise dos países do BRICS”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Carlos Henrique Silva do Carmo (FACE/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Vagner Antônio Marques (CCJE/UFES)**, membro titular externo cuja participação ocorreu através de videoconferência e o Professor(a) Doutor(a) **Lúcio de Souza Machado (FACE/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho, **conforme explicitado abaixo**.

A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Carlos Henrique Silva do Carmo**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **onze dias do mês de março de 2020**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

“Efeitos da adoção da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas: uma análise dos países do BRICS”

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Silva Do Carmo, Coordenador**, em 11/03/2020, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio De Souza Machado, Professor do Magistério Superior**, em 13/03/2020, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VAGNER ANTÔNIO MARQUES, Usuário Externo**, em 13/03/2020, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1208991** e o código CRC **2DAC5BFB**.

Referência: Processo nº 23070.011486/2020-35

SEI nº 1208991

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Hozana e Nadir, responsáveis por toda a minha trajetória e sucesso.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão é totalmente voltada ao meu Deus, senhor de todas as coisas, que me permitiu iniciar, perseverar e concluir esta etapa tão importante da minha vida. Nos dias em que eu quis desistir, Ele me fortaleceu e me manteve de pé. A Ele toda honra e glória.

A meus pais, Hozana e Nadir, pois são a minha motivação para abrir os olhos todas as manhãs. A eles eu agradeço por todo o amor, dedicação e incentivo dados durante toda a minha vida. Agradeço por, desde a minha alfabetização, terem me mostrado que a educação era a única capaz de transformar. Cada vitória que almejo e cada sucesso que alcanço são sempre com o objetivo de honrá-los.

A meu esposo Luciano, pelo apoio, companheirismo, paciência e amor demonstrados nestes dois anos de mestrado. Agradeço pelo incentivo e até mesmo pelos puxões de orelha que me dava às vezes. Em todas as noites de choro, desespero e vontade de desistir foi seu apoio que me ajudou a seguir em frente.

A meus avós, Izolino e Divina, que estão ao lado de Deus. Perdê-los no decorrer deste mestrado foi a maior dor da minha vida. Ele mal sabia ler e escrever e ela nunca teve a dádiva de assinar o próprio nome, mas eram donos de uma sabedoria tão grande que nem os mais diplomados do mundo jamais alcançarão. Me ensinaram o lado doce da vida, vou levá-los em minha memória, em meu coração, estarão comigo em cada passo que eu der e em cada degrau que eu subir na vida.

A meu orientador Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo, minha imensa gratidão. Não tenho palavras para mensurar o quanto sou grata a Deus por tê-lo como meu orientador. Mesmo com seu jeito aparentemente durão e rigoroso, se mostrou um ser humano extremamente amável e generoso comigo durante esses 24 meses. Sua competência como professor e orientador é inquestionável, terá minha eterna gratidão e admiração.

A meus colegas Roanny e Gabriel, pela parceria e ajuda. Os quais fizeram essa caminhada mais leve e agradável.

A saudosa Luciana, colega que perdemos no início do mestrado, mas que foi fundamental para essa conquista. Se não fosse seu apoio, eu teria desistido logo no início! Sei que essa jornada com ela teria sido muito mais fácil, mas tenho a certeza de que Deus lhe guardou um merecido lugar de descanso.

Por fim, agradeço a todos os professores por todos os conhecimentos compartilhados. Bem como a todos os funcionários da secretaria do PPGCONT.

“O temor do Senhor é o princípio da sabedoria, e a humildade antecede a honra.” (Provérbios 15:33)

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus, não sou o que era antes.” (Marthin Luther King)

RESUMO

As normas internacionais de contabilidade têm como característica a orientação por princípios, oferecendo aos gestores maior poder de julgamento e discricionariedade na elaboração das demonstrações financeiras. Neste ambiente de normas contábeis, inseriu-se, a partir de janeiro de 2018, o novo padrão de reconhecimento de receitas, intitulado IFRS 15, tendo como escopo maiores possibilidades de escolhas e julgamentos por parte dos gestores. Tal discricionariedade oferece a possibilidade de retratar de forma mais fiel as particularidades econômicas de cada empresa e, por outro lado, pode facilitar manipulação das receitas discricionárias. Diante disto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar se a adoção da IFRS 15 influenciou a prática de gerenciamento de resultados por *accruals* específicos de receitas. Como objetivos específicos, buscou-se verificar se tal influência se diferencia em cada país e em cada setor. Foram analisadas 1116 empresas de países pertencentes ao acrônimo BRICS, classificadas nos setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e setor automobilístico, abrangendo uma janela temporal de 2016 a 2018. Para testar as hipóteses de pesquisa, as receitas discricionárias foram estimadas por meio do modelo desenvolvido por Caylor (2010), sendo posteriormente utilizadas como *proxy* para o gerenciamento de receitas. Foram feitas regressões multivariadas com dados em painel com efeitos aleatórios robustos. Os resultados demonstram que a vigência da IFRS 15 influenciou positivamente a prática de gerenciamento de receitas, ou seja, a partir da adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas houve aumento dos níveis de gerenciamento por *accruals* de receitas. Foi também verificado que os efeitos da IFRS 15 se diferenciam de acordo com o país e o setor, sendo que houve diferença significativa na China no setor de engenharias, construção e imóveis.

Palavras-chave: IFRS 15. Gerenciamento de Receitas. Discricionariedade. *Accruals* específicos.

ABSTRACT

International accounting standards are guided by principles, offering managers greater judgment and discretion in the preparation of financial statements. In this environment of accounting standards, as of January 2018, the new revenue recognition standard, entitled IFRS 15, is inserted, having as scope more possibilities of choices and judgments on the part of managers. Such discretion offers the possibility to more accurately portray the economic particularities of each company and, on the other hand, it can facilitate the manipulation of discretionary revenues. In view of this, the present research aimed to analyze whether the adoption of IFRS 15 influenced the practice of earnings management through specific accruals of revenues. As specific objectives, we sought to verify whether this influence differs in each country and in each sector. 1116 companies from countries belonging to the acronym BRICS were analyzed, classified in the sectors of telecommunications, software, engineering, construction and real estate, and the automobile sector, covering a time period from 2016 to 2018. To test the research hypotheses, discretionary revenues were estimated through the model developed by Caylor (2010), and later used as a proxy for revenue management. Multivariate regressions were performed with panel data with robust random effects. The results demonstrate that the effectiveness of IFRS 15 positively influenced the practice of revenue management, in other words, from the adoption of the new revenue recognition standard, there was an increase in management levels by revenue accruals. It was also found that the effects of IFRS 15 differ according to the country and the sector, with a significant difference in China in the engineering, construction and real estate sector.

Keywords: IFRS 15. Revenue Management. Discretion. Specific accruals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Composição <i>accruals</i> totais.	22
Figura 2: 5 Passos para Reconhecimento de Receitas.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Detalhamento da amostra	31
Tabela 2: Tratamento dos <i>outliers</i>	31
Tabela 3: Definição das variáveis da Equação (1)	32
Tabela 4: Definição das variáveis da Equação (2)	32
Tabela 5: Definição das variáveis da Equação (3)	33
Tabela 6: Variáveis de controle	33
Tabela 7: Definição das variáveis do Modelo 1	34
Tabela 8: Definição das variáveis do Modelo 2	35
Tabela 9: Definição das variáveis do Modelo 3	36
Tabela 10: Estatística descritiva: Quantidade de observações por País.	38
Tabela 11: Estatística descritiva: Quantidade de observações por setor.	38
Tabela 12: Estatística descritiva das variáveis qualitativas IFRS15, BIG4 e RN.	39
Tabela 13: Estatística descritiva das variáveis quantitativas	39
Tabela 14: Teste de diferença de média do gerenciamento de receitas	39
Tabela 15: Resultados das regressões dos modelos 1, 2 e 3	40
Tabela 16: Resultados da regressão quantílica do Modelo 1 em quartis	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EITF	<i>Emerging Issues Task Force</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
NAICS	<i>North American Industry Classification System</i>
NBC TG	Normas Brasileiras de Contabilidade Geral
PWC	<i>PricewaterhouseCoopers</i>
SAB	<i>Staff Accounting Bulletin</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SOP	<i>Statements of Position</i>
VIF	<i>Variance Inflation Factor</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REVISÃO DA LITERATURA E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES	20
2.1 Qualidade da Informação Contábil e Gerenciamento de Resultados	20
2.1.1 Gerenciamento de Resultados por <i>Accruals</i> Agregados.....	21
2.1.2 Gerenciamento de Resultados por <i>Accruals</i> Discricionários Específicos.....	22
2.2 Gerenciamento de Receitas: Modelos e Estudos Empíricos	24
2.3 Reconhecimento de Receitas e Alterações a Partir da IFRS 15	27
3. METODOLOGIA	30
3.1 Composição da Amostra.....	30
3.2 Modelo Empírico Para Estimação da Variável Dependente	31
3.3 Construção dos Modelos Empíricos Finais	33
3.4 Testes Adicionais de Robustez.....	37
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
4.1 Análise Exploratória Inicial	38
4.2 Análise das Regressões	39
4.2.1 Regressões Multivariadas dos Modelos Empíricos Propostos.....	39
4.2.2 Resultados Modelo Multivariado 1 – Efeitos da IFRS 15 no gerenciamento de receitas.	41
4.2.3 Resultados Modelo Multivariado 2 – Efeitos da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas: Análise por Setores.	43
4.2.4 Resultados Modelo Multivariado 3 – Efeitos da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas: Análise por Países.	44
4.2.5 Análise Complementar das Variáveis de Controle Incluídas nos modelos propostos....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A: Testes de Correlação e Multicolinearidade Entre as Variáveis dos Modelos 1, 2 e 3	55

1. INTRODUÇÃO

A qualidade do lucro está diretamente ligada ao sistema contábil, que tem a função de medir o resultado econômico da firma. As normas internacionais de contabilidade baseadas em princípios permitem maior flexibilidade ao gestor para que este possa, com base em seus julgamentos, avaliar como representar o efeito econômico das transações realizadas pela entidade (Ferreira, Martinez, da Costa & Passamani, 2012).

Entretanto, esta flexibilidade inerente aos padrões baseados em princípios ainda fornece a oportunidade para que as empresas gerenciem seus ganhos, pois permitem espaço considerável para discricção e julgamentos gerenciais. Desta forma, possibilitando às empresas margem substancial para gerenciar seus resultados e divulgar informações não condizentes com a realidade da firma (Marra, Mazzola & Prencipe, 2011).

A prática de gerenciamento de resultados segundo Healy e Whalen (1999), ocorre quando os gerentes usam julgamentos para alterar relatórios financeiros ou os níveis operacionais, com o objetivo de enganar partes interessadas sobre o desempenho econômico da empresa, ou visando influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis relatados.

Conforme exposto por Dechow, Ge e Schrand (2010), o gerenciamento de resultados é reconhecido como *proxy* para qualidade da informação contábil, visto que o gerenciamento de resultados reduz a confiabilidade dos lucros. Os autores também ressaltam que a presença do gerenciamento de resultados associa-se à perda da capacidade de previsão de fluxos de caixa futuros, bem como à redução da qualidade dos lucros. Neste sentido, quanto maior o nível de gerenciamento, menor a qualidade do lucro apresentado nas demonstrações financeiras.

Com relação aos *designs* de pesquisas relacionadas ao gerenciamento de resultados, duas abordagens podem ser destacadas: baseada em *accruals* agregados e baseada em *accruals* específicos. McNichols e Wilson (1988) expõem que a literatura possui interpretações controversas sobre a eficiência das métricas de gerenciamento de resultados, atribuindo tal fato ao uso intensivo dos modelos de *accruals* agregados para caracterizar o comportamento discricionário.

McNichols (2002) sugere que a evolução do tema exige um afastamento da ampla dependência desta abordagem por *accruals* agregados, o autor ainda ressalta que esta abordagem pode resultar em inferências “ruidosas” e falhar ao distinguir componentes gerenciados e não gerenciados. Este entendimento é reforçado por Bartov e Mohanram

(2004), ao afirmarem que os *accruals* discricionários agregados não são adequados para verificar a existência de gerenciamento de resultados nas informações contábeis.

McNichols (2002) apresenta como alternativa às estimativas de *accruals* agregados as modelagens de *accruals* específicos, nas quais analisa-se uma provisão específica ou um conjunto de provisões específicas individualmente. Tal modelagem, conforme defende o autor, permite ao pesquisador verificar fatores que influenciam o comportamento específico dos *accruals*, bem como explorar seus conhecimentos de princípios contábeis para levar em consideração efeitos de fatores econômicos específicos.

Neste sentido, Stubben e McNichols (2018) reforçam que a análise de gerenciamento de resultados por meio da métrica de *accruals* específicos representa um progresso na literatura relacionada. Dentre as abordagens por *accruals* específicos, destaca-se a métrica de gerenciamento por meio de *accruals* específicos de receitas discricionárias, doravante denominado gerenciamento de receitas.

O gerenciamento de receitas conforme destaca Giedt (2018), está relacionado à discricionariedade do gestor sobre a mensuração e o momento de reconhecimento da receita. Acarretando em variações anormais das contas a receber e das receitas diferidas.

Acerca da normatização contábil, Marra *et al* (2011) as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) são projetadas para aprimorar a comparabilidade das demonstrações financeiras, melhorar a transparência das informações corporativas e aumentar a qualidade dos relatórios financeiros.

Neste contexto, objetivando aprimorar os padrões internacionais de contabilidade e fortalecer os efeitos positivos já reconhecidos resultantes da convergência às normas emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o IASB publicou em maio de 2014 o novo padrão contábil de reconhecimento de receitas: IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes.

A IFRS 15 estabelece os requisitos para o reconhecimento de receitas que se aplicam a todos os contratos com clientes (exceto para operações que estejam dentro do escopo de normas específicas). A norma passou a ter efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018, sendo convergida para as normas brasileiras por meio do pronunciamento CPC 47, regulamentado pela CFC NBC TG 47 e CVM 762.

As instituições normatizadoras, o IASB (2014) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), argumentam que a emissão de um novo padrão de reconhecimento de receitas foi necessária para melhorar a comparabilidade na “linha

superior” das demonstrações financeiras. Em resumo, o IASB argumenta que a adoção da nova norma visa tratar deficiências existentes anteriormente, especificando uma estrutura abrangente e robusta para o reconhecimento, mensuração e divulgação da receita (Church, 2016).

Dentre tais deficiências, o IASB (2014) destaca o fato de o padrão anterior conter orientação limitada sobre muitos tópicos importantes como, por exemplo, a contabilização de contratos com múltiplos elementos. Além disso, em relação às normas nacionais dos Estados Unidos, os conceitos amplos de reconhecimentos de receitas foram tratados por numerosos requisitos específicos, o que muitas vezes resultava em transações economicamente semelhantes sendo contabilizadas de maneiras diferentes (IASB, 2014).

Ressalta-se que os efeitos da adoção da nova norma tendem a ser diferentes de acordo com os setores econômicos, entende-se que os setores que trabalham com contratos a longo prazo ou com vendas combinadas tenham mudanças mais relevantes (Huefner, 2016). Sobre este aspecto, o IASB (2014) constata que os efeitos do novo padrão tendem a ser mais significativos nos seguintes setores: i) telecomunicações; ii) *software*; iii) engenharias e construção; iv) automobilístico; vii) imóveis.

Em relação aos efeitos sobre cada um destes setores, a PWC (2017) ressalta alguns pontos de maior influência. Sobre o setor de telecomunicações, evidencia-se que a norma afeta principalmente as operações com vendas agregadas de mercadorias e serviços, o que pode resultar em alteração relevante no cronograma de reconhecimento de receitas com o advento da nova norma.

A PWC (2017) também apresenta os aspectos relevantes relacionados às empresas de softwares e tecnologia. Para este setor, a norma deve impactar nas estimações de preços para operações em que falte evidência objetiva específica em relação ao valor justo. Também, ressalta-se o provável impacto sobre o relevante julgamento envolvido na determinação de obrigação de desempenho relacionada às licenças.

Acerca dos setores de engenharias, construção e imóveis, a PWC (2017) evidencia a necessidade de uma avaliação minuciosa sobre os critérios presentes na nova norma para o reconhecimento da receita com base no percentual de obra concluído. Ressalta também os prováveis impactos relacionados ao fornecimento de material pelo cliente, reclamações, garantias de reformas futuras, dentre outros aspectos relevantes para a aplicação da IFRS 15.

O setor automobilístico também figura como um dos potencialmente mais afetados pela nova norma de reconhecimento de receitas. Isto se justifica pelas operações

deste setor que incluem incentivos para revendedores, opções de recompra e valores residuais de garantias, dentre outras particularidades que afetam diretamente a identificação da obrigação de desempenho e o cronograma de reconhecimento de receitas. (PWC, 2017; EY, 2014)

Discussões e alterações normativas sobre reconhecimento de receitas trazem à tona a importância da primeira linha da demonstração de resultados das entidades. Carvalho e Carmo (2012) ressaltam que a receita é uma das principais medidas de performance das organizações e que assuntos que possam influenciar o valor da receita são sempre fontes de controvérsias e preocupações. Semelhantemente, Srivastava (2013) afirma que a receita é um dos itens mais importantes e de maior valor nas demonstrações financeiras das empresas.

Allocco, Cohen, de Bell, Morgan e Stallings (2014) ressaltam que o objetivo por trás do novo padrão é permitir que as entidades confiem em um único modelo abrangente de reconhecimento de receitas, que possa ser aplicado em todos os contratos com clientes. Além disso, os autores evidenciam que a IFRS 15 alinha melhor a receita contábil ao desempenho da entidade, o que possibilita refletir melhor a natureza, a época, a qualidade e a incerteza da receita.

O entendimento destacado por Allocco *et al* (2014) corrobora com estudos como os de Barth, Lanndsmann e Lang (2008), Capkun, Collins & Jeanjean (2016) e Grecco (2013) que apresentam evidências empíricas de que as normas IFRS, que são baseadas em princípios e que, conseqüentemente, possibilitam maior discricionariedade dos gestores, resultaram em melhorias na qualidade da informação contábil.

Contrapondo os entendimentos expostos, Gallistel, Geoffery, Bartlett e Dodd (2012) reforçam que a IFRS 15 parece possibilitar o reconhecimento acelerado ou o diferimento das receitas por meio de alterações do calendário previsto ou por meio de diferentes interpretações de quando exatamente uma obrigação de desempenho ocorreu nos termos do contrato. Diante disto, os autores afirmam que a norma tende a oferecer oportunidade adicional para gerenciamento de resultados.

Dalkilic (2014) afirma que a abordagem de reconhecimento de receitas da IFRS 15 é mais dependente do profissional e exige mais julgamentos dos gestores e preparadores das demonstrações financeiras. Conforme ressalta Rutledge, Karim e Kim (2016), acerca dos prováveis impactos da IFRS 15, as escolhas contábeis e a maior discricionariedade sobre o momento do reconhecimento da receita estão intimamente relacionadas à qualidade do lucro.

Rutledge *et al* (2016) reforçam que é relevante analisar tanto os fatores positivos quanto os negativos ocasionados pelas alterações provocadas pela adoção da IFRS 15. Neste sentido, os autores expõem como um dos prováveis pontos negativos a redução da qualidade da informação contábil, mais diretamente sobre a qualidade do lucro, pois influencia no poder preditivo dos lucros.

Diante de ambas as perspectivas presentes na literatura e das possíveis influências da IFRS 15 sobre a qualidade do lucro, principalmente sobre os níveis de gerenciamento de receitas, e em especial sobre os setores potencialmente mais afetados de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico, elabora-se o seguinte problema de pesquisa:

Qual a influência do novo padrão de reconhecimento de receitas estabelecido pela IFRS 15 sobre gerenciamento de receitas das empresas sediadas em países pertencentes ao BRICS, dos setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico?

Visando responder tal questionamento, a pesquisa tem como objetivo principal investigar a influência do novo padrão de reconhecimento de receitas regulamentado pela IFRS 15 no gerenciamento de receitas das empresas sediadas em países pertencentes ao BRICS, dos setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico.

Diante do entendimento do agente regulador IASB, também elucidados pela PWC (2017) e EY (2014), de que os setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico são os potencialmente mais afetados pela IFRS 15. Esta pesquisa tem como objetivo específico verificar se os efeitos da adoção da IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas se diferenciam entre os setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico

Adicionalmente, conforme indicado por Leuz e Wysocki (2016), uma alternativa para estudar as consequências da regulação contábil é explorar as variações entre países, ao invés de se analisar as mudanças em uma única nação. Desta forma, o presente estudo busca analisar se os níveis de gerenciamento de receitas, a partir da IFRS 15, se diferenciam entre países com características econômicas, jurídicas, institucionais e culturais distintas.

Neste sentido, Leuz e Wysocki (2016) ressaltam a qualidade da informação contábil bem como a transparência dos relatórios financeiros estão significativamente associados a fatores institucionais (proteção ao investidor, eficiência social, estado de

direito) e aos fatores de mercado (custo de capital, desenvolvimento financeiro, investimento estrangeiro, liquidez do mercado, estrutura e concentração acionária).

Diante das possíveis influências de fatores econômicos, jurídicos, institucionais e culturais distintos sobre os efeitos da adoção da IFRS 15, a presente pesquisa compõe sua amostra com os países pertencentes ao acrônimo BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

A escolha do acrônimo BRICS pode ser justificada pelas diferenças entre os países que o compõem. De Almeida (2009), ressalta que a força de um conceito unificador pode traçar similaridade indevida entre os países do BRICS. O autor evidencia diferenças relativas a aspectos jurídicos, grau de industrialização e capacidade de impacto na economia mundial.

Desta forma, a pesquisa tem como segundo objetivo específico analisar se os níveis de gerenciamento de receitas, a partir da IFRS 15, se diferenciam entre os países do BRICS.

O presente estudo se justifica pela necessidade de analisar os efeitos da adoção da nova norma de reconhecimento de receitas na qualidade da informação contábil, visto que, tais efeitos podem ser tanto no sentido de aumento ou redução (Caylor, 2010; Gallistel *et al*, 2012; Dalkilic, 2014; Allocco *et al*, 2014; Rutledge *et al*, 2016). Para tanto, utiliza como *proxy* da qualidade da informação contábil a prática de gerenciamento de receitas.

Caylor (2010) evidencia que o padrão de reconhecimento de receitas proposto pela IFRS 15 (tratava-se apenas de um projeto quando a pesquisa foi publicada) pode representar uma solução para reduzir o gerenciamento das receitas diferidas, entretanto, o autor também pontua que pode haver um efeito indesejado de incentivo ao gerenciamento de resultados. Rutledge *et al* (2016) ainda reforçam que a real direção dos efeitos é uma questão empírica, a qual pesquisas devem buscar responder por meio de métricas de qualidade da informação contábil.

Cabe ainda evidenciar o pequeno número de pesquisas realizadas sobre o tema, tanto no âmbito nacional quanto internacional. O número reduzido de pesquisas sobre a temática possivelmente se justifica pela recente vigência da norma. Visto que, as primeiras demonstrações financeiras anuais elaboradas sob a vigência do novo padrão são de 2018 sendo divulgadas em meados de 2019.

Assim, a pesquisa busca colaborar com a melhor compreensão do tema, além de pretender que os resultados construam informações relevantes para contribuir com órgãos reguladores, preparadores, auditores e usuários das informações financeiras. Objetivando,

também, elucidar os efeitos da alteração normativa na qualidade da informação contábil, propiciar uma evolução nos estudos sobre gerenciamento de receitas no Brasil e, principalmente, contribuir com o desenvolvimento de pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA E FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

2.1 Qualidade da Informação Contábil e Gerenciamento de Resultados

A definição de qualidade da informação contábil pode ser simplificada como sendo a medida com que os números reportados demonstrem com confiabilidade a realidade econômica da entidade e que apresentem resultados que respeitem aos princípios básicos da contabilidade (Chen, Tang, Jiang & Lin, 2010).

A qualidade da informação sofre influências de diversos fatores como regulatórios, o sistema legal do país (bem como sua eficiência sobre os negócios e o mercado), influência do sistema tributário, dentre outros fatores (La Porta, Silanes, Shleifer & Vishny, 1998; Barth *et al*, 2008; Houqe, Van Zijl, Dunstan & Karin, 2012).

Segundo Dechow e Schrand (2004), a qualidade da informação contábil depende do contexto, tendo significados distintos dependendo dos diferentes usuários das demonstrações financeiras. Conforme destacado por Hribar, Kravet e Wilson (2014), os estudos que objetivam analisar a qualidade da informação desenvolvem medidas de qualidade através do lucro divulgado, ou seja, analisando a qualidade do lucro.

Dentre as métricas para se analisar a qualidade de lucros, destaca-se o gerenciamento de resultados. Burgstahler, Hail e Leuz (2006) reforçam que a escolha do gerenciamento como medida da qualidade contábil se sustenta pelo fato da métrica ser sensível à discricionariedade e aos incentivos do mercado.

Schipper (1989) conceitua o gerenciamento da informação contábil como uma intervenção proposital no processo de elaboração das demonstrações financeiras externas, com intenção de obter algum benefício particular. Segundo Demski e Frimor (1999), o gerenciamento de resultados constitui um tipo de comunicação distorcida entre principal e agente.

No entendimento de Healy e Wahlen (1999), gerenciamento de resultados ocorre quando gestores manipulam os relatórios financeiros ou estruturam operações por meio de seu poder discricionário para ajustar os números ao resultado que lhes interessam, o que prejudica potencialmente os usuários externos das informações financeiras.

Healy e Wahlen (1999) também enfatizam algumas motivações para o gerenciamento de resultados, dentre elas as expectativas do mercado de capitais, motivações relacionadas aos contratos redigidos em termos de números contábeis e as motivações políticas e regulatórias.

Conforme destacado por El Diri (2018), a literatura moderna apresenta também como incentivos à prática de gerenciamento de resultados a remuneração da administração, rotatividade do CEO, governança corporativa, emissão de ações, operações de fusões e aquisições, alcance de *benchmark*. Além de motivações externas, tais como diversificação industrial, concorrência, legislações tributárias, políticas específicas de cada país e questões específicas de cada setor.

Há na literatura atual diversas modelagens que buscam estimar a prática de gerenciamento de resultados, dentre os *designs* de pesquisas duas abordagens podem ser destacadas: baseada em *accruals* agregados e baseada em *accruals* específicos

2.1.1 Gerenciamento de Resultados por *Accruals* Agregados

Um elemento fundamental nas análises de gerenciamento de resultados é medir a discricionariedade dos gestores. A abordagem clássica de métricas para se estimar tal discricionariedade concentra-se na análise dos *accruals*, sendo este definido por Pae (2005) como diferença existente entre o fluxo de caixa das operações e o resultado contábil.

Barth, Clinch e Israeli (2016), a partir dos estudos de Dechow (1994), ressaltam que a contabilidade demonstra os efeitos de transações e outros eventos sobre os recursos econômicos das entidades nos períodos em que estes efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos ou recebimentos provenientes deles se realizem em períodos diferentes. Assim, a diferença entre efeitos econômicos e efeitos financeiros ou entre regime de caixa e regime de competência são conhecidos como *accruals*.

Entretanto, os *accruals* podem ser usados pelos gestores para manipular a informação contábil, culminando na prática de gerenciamento de resultados. Conforme evidenciado por Young (1999), nem todas as decisões contábeis que resultam em *accruals* representam manipulação de resultados, tornando necessário segmentar os *accruals* em componentes discricionários e não discricionários.

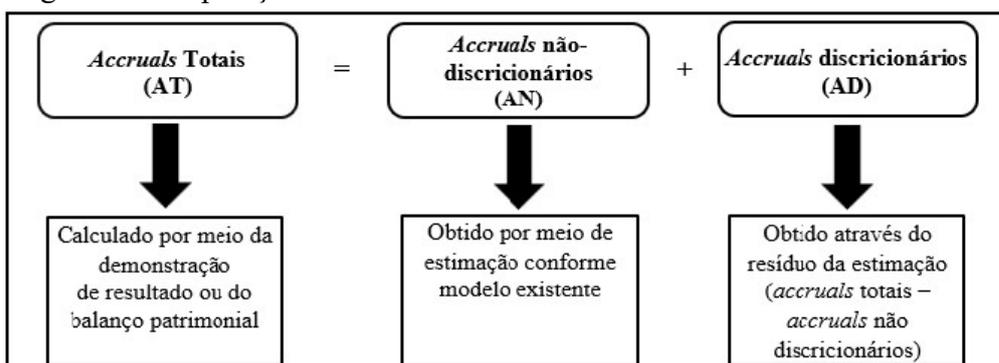
De acordo com Alonso, Palenzuela e Iturriaga (2002), os componentes não discricionários se referem às escolhas contábeis que objetivam melhorar o potencial

informativo dos valores divulgados, enquanto os componentes discricionários se vinculam às modificações realizadas pelos gestores em busca de benefícios próprios.

Estudos sobre gerenciamento de resultados tiveram início com as pesquisas de Healy (1985) e DeAngelo (1986) que buscaram medir a discricionariedade dos gestores através do total de *accruals* e de sua variação. Posteriormente, diversos estudos buscaram desenvolver e incrementar modelos para estimar os *accruals* discricionários (Healy, 1985; DeAngelo, 1986; Dechow & Sloan, 1991; Jones, 1991; Dechow, Sloan & Sweeny, 1995; Kang & Sivaramakrishnan, 1995; Dechow & Dichev, 2002; Kothari, Leone & Wasley, 2005; Pae, 2005; Ye, 2006).

McNichols (2000) ressalta que há uma vasta literatura relacionada às tentativas de medir os *accruals* discricionários por meio da relação entre o total de *accruals* e fatores explicativos hipotéticos. Tal métrica é explicada por Healy e Whalen (1999), na qual os *accruals* não-discricionários são estimados e os discricionários são obtidos de forma residual. A Figura 1 busca ilustrar a composição dos *accruals*:

Figura 1: Composição *accruals* totais.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Healy e Whalen (1999)

2.1.2 Gerenciamento de Resultados por *Accruals* Discricionários Específicos

Assumindo-se que a estimação de *accruals* agregados pode ser carregada de “ruídos” relacionados aos efeitos que variáveis omitidas nas modelagens exercem sobre parcela discricionária estimada, McNichols e Wilson (1988) trazem críticas às métricas que utilizam a soma de todos os componentes discricionários dos *accruals* para testar o gerenciamento de resultados.

McNichols e Wilson (1988) argumentam que componentes discricionários podem variar em resposta a condições econômicas, sendo que, a teoria é limitada em termos de como os *accruals* agregados se comportam na ausência de manipulação. Neste sentido, os

autores que as estimativas de *accruals* agregados podem inferir gerenciamento de resultados mesmo quando não há manipulação dos resultados.

Baseando-se nestes argumentos, McNichols e Wilson (1988) apresentam como alternativa a análise de gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos. Segundo os autores, há três principais vantagens desta abordagem em relação à abordagem de *accruals* agregados:

i) Permite uma maior compreensão de um determinado componente discricionário, pois o pesquisador pode basear-se em princípios contábeis para entender quais fatores influenciam no comportamento de cada conta;

ii) Possibilita analisar como configurações de um determinado setor podem influenciar sobre a conta específica analisada, permitindo identificar melhor seu componente discricionário; e

iii) Pode-se estimar a relação entre os *accruals* específicos e os fatores explicativos de forma direta. Ou seja, se diferentes componentes dos *accruals* agregados relacionam-se de maneira diferente à mudança nas vendas, por exemplo, a agregação pode induzir erros de estimativa nas estimativas de parâmetros.

Em sua pesquisa, McNichols e Wilson (1988) analisam o gerenciamento da conta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. Com a estimação deste *accruals* de forma separadas dos demais, os autores encontram evidências estatísticas relevantes (R^2 ajustado de 75%) de que os gestores usam esta conta para gerenciar os lucros. Tendo resultados com menos viés e ruídos se comparados aos estudos que utilizam como *proxy* os *accruals* totais.

A partir da abordagem apresentada por McNichols e Wilson (1988), outras pesquisas buscaram uma modelagem para *accruals* específicos. Como exemplo, incluem *accruals* específicos de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (Beaver e Engel, 1996; Macedo & Kelly, 2016), despesas tributárias (Phillips, Pincus & Rego & Wan, 2004; Dhaliwal Gleason & Mills, 2004), contas a receber (Caylor, 2010; Stubben, 2010) e receitas diferidas (Caylor, 2010; Giedt, 2018).

O estudo de Stubben e McNichols (2018) retoma as discussões sobre as fragilidades das pesquisas baseadas em *accruals* discricionários agregados. Os autores reforçam o apelo para que as pesquisas explorem e implementem *proxies* alternativas (como por exemplo as de *accruals* específicos, trazidas por McNichols & Wilson, 1988).

Dentre os *accruals* específicos de maior relevância, Stubben e McNichols (2018) destacam o gerenciamento de receitas. Tal relevância se justifica pelo fato de as receitas serem os maiores componentes do ganho na maioria das empresas (Stubben, 2010).

2.2 Gerenciamento de Receitas: Modelos e Estudos Empíricos

A partir da abordagem de *accruals* específicos, a literatura sobre gerenciamento de resultados evoluiu no intuito de modelar e analisar determinados *accruals* (perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, despesas tributárias, contas a receber, receitas, etc).

Conforme Stubben (2010), por se tratar do maior componente do ganho a conta de receitas é o elemento ideal para análise de gerenciamento de resultados, além disto, o autor reforça que as receitas são sujeitas à discricionariedade do gestor, principalmente em relação ao momento de reconhecimento. No intuito de analisar a manipulação de receitas, o autor desenvolve um modelo de estimação de receitas discricionária a partir da variação das contas a receber estimada.

O modelo apresentado por Stubben (2010) considera que recebíveis anormalmente altos ou baixos indicam gerenciamento de receitas. Partindo deste princípio, a receita discricionária é dada pela diferença entre as mudanças reais dos recebíveis e as mudanças dos recebíveis estimados pelo modelo.

Ao testar seu modelo, Stubben (2010) utiliza os dados dos anos de 1988 a 2003 totalizando 70.580 observações. Seus resultados indicam que, para a amostra, o modelo supera os modelos de *accruals* agregados testados para fins de comparação. O autor conclui que as receitas discricionárias também podem ser úteis ao fornecer evidências de como as empresas gerenciam seus lucros.

Seguindo a abordagem de principais modelagens de gerenciamento de receitas, Caylor (2010) desenvolve uma modelagem a partir do entendimento de que, dependendo da natureza da empresa, há *accruals* (contas a receber) e um diferimento (receita diferida) que se refere ao valor da receita reconhecida em um período contábil.

Caylor (2010), através de seu modelo, examina se as contas de recebíveis e receitas diferidas são utilizadas para alcançar três *benchmarks* de ganhos comuns na literatura: evitar perdas, evitar redução de lucros e evitar surpresas negativas de ganho. Para tanto, o autor analisa os dados do ano de 2007, excluindo empresas financeiras e com regulações específicas. Desta forma, são encontradas evidências de que os gestores

aceleram o reconhecimento das receitas usando as duas contas contábeis específicas para alcançar *benchmarks* de referência dos analistas.

Caylor (2010) ainda evidencia que os gestores aceleram o reconhecimento de receitas quando os ganhos pré gerenciados perdem um pouco o valor de referência dos analistas. Além disto, os resultados da pesquisa sugerem que os gerentes preferem exercer sua discricionariedade sobre as receitas diferidas. Tal comportamento, segundo o autor, se deve ao elevado custo para manipular os recebíveis.

Mais recentemente, partindo dos conceitos de Stubben (2010) e Caylor (2010), Giedt (2018) apresenta uma modelagem de gerenciamento de receitas que leva em consideração as receitas diferidas de longo prazo, e não só as correntes (como acontece no estudo de Caylor, 2010).

Tratando-se de estudos empíricos relacionados ao gerenciamento de receitas, Bowen, Daves e Rajgopal (2002) analisam a discricionariedade das receitas das empresas de *Internet*. A motivação do estudo se dá pela regulação emitida pelo FASB *Emerging Issues Task Force* (EITF) 99-17 direcionada à estas empresas, com enfoque nas receitas com permutas que até então não eram reguladas. Os autores ressaltam que, apesar da regulação, os gestores continuaram exercendo significativa discricionariedade sobre o montante de receitas reconhecidas.

O estudo de Bowen *et al* (2002) ao analisar 272 empresas de *Internet*, obtém resultados que sugerem que a pressão para buscar financiamento externo influencia as escolhas dos gestores sobre reconhecimento de receitas brutas e receitas com permutas inerentes ao segmento específico. A pesquisa também sugere que as receitas com permutas podem ser gerenciadas com o objetivo de criar alianças de marketing.

Altamuro, Beatty e Weber (2005) analisam o efeito das mudanças em receitas diferidas das empresas do setor de *software* na qualidade do lucro, a partir do boletim contábil *Staff Accounting Bulletin* (SAB) n° 101. Os autores testam as hipóteses formuladas a partir dos entendimentos opostos da SEC e do FASB: i) que as empresas afetadas pela SAB n° 101 tem mais incentivos para gerenciar seus resultados do que as demais; ii) verificam se a SAB n° 101 melhora ou piora o poder preditivo do lucro em relação a fluxos de caixas futuros.

No estudo de Altamuro *et al* (2005) foi analisada uma amostra final de 229 empresas sujeitas à SAB n° 101 e 226 empresas não afetadas pelo boletim contábil. Analisando períodos anteriores (1997 a 1999) e posteriores (2001 e 2002) à adoção. Os

autores identificam que, as empresas sujeitas à SAB nº 101 eram mais propensas a gerenciar receitas para atender *benchmarks* antes da adoção do boletim.

Os resultados do estudo de Altamuro *et al* (2005) identificam que quando o reconhecimento de receitas não é adiado até a conclusão do processo de ganhos a relevância dos lucros é, em média, maior. Mesmo quando há altos incentivos para gerenciamento de receitas.

A pesquisa de Srivastava (2008) examina a implementação da *Statements of Position* (SOP) 97-2 que removeu a flexibilidade das empresas de software em reconhecer receitas usando preços de estimativas, com o objetivo de mitigar as ações oportunistas dos gestores sobre o reconhecimento de receitas.

Dentre outras análises, Srivastava (2008) verifica o gerenciamento das receitas a partir do modelo de Stubben (2010), visando analisar se as restrições impostas pela SOP 97-2 reduziram a manipulação de receitas. Sua análise se restringe a 140 empresas do segmento de *softwares* com dados que abrangem o período de 1996 a 2000.

Os resultados de Srivastava (2008) demonstram evidências estatísticas de que a implementação da SOP 97-2 mitigou a gestão dos lucros através de estimativas de receitas discricionárias, em comparação com as práticas anteriores. Entretanto, o estudo também observou que a frequência de gerenciamento de resultados não diminuiu. Segundo o autor, isto se deve ao fato de as empresas buscarem modos alternativos para gerenciarem seus lucros.

O estudo de Prakash e Sinha (2013) analisa a forma com que os *accruals* de receitas diferidas refletem na capacidade de previsão de receitas e lucros futuros. O intuito da pesquisa não é verificar o nível de gerenciamento das receitas, mas sim verificar se o diferimento de receitas interfere na capacidade preditiva dos lucros e, conseqüentemente, na qualidade da informação contábil.

A partir de uma amostra de empresas americanas composta por 9461 firmas-trimestres, Prakash e Sinha (2013) analisam dados do período de 2002 a 2007, o estudo é realizado a partir da variação anual na receita diferida corrente. Os resultados fornecem evidências sobre implicações das variações de receitas diferida na lucratividade futura. São encontradas evidências estatísticas de que o diferimento de receitas aumenta a complexidade e reduzem a transparência das demonstrações financeiras.

A pesquisa de Rad, Embong, Mohd-Saleh, Jaffar e Romlah (2016), para analisar a relação entre a qualidade da informação contábil e investimentos eficientes em empresas

da Malásia, inclui em sua análise de gerenciamento de resultados a variável de receitas discricionárias. Sendo estas baseadas nas variações anuais de recebíveis e de receitas.

O estudo de Rad *et al* (2016) analisa 558 empresas entre os anos de 2001 a 2011. Usando o gerenciamento de receitas como *proxy* da qualidade da informação, demonstram que relatórios financeiros de qualidade estão ligados positivamente à eficiência de investimentos. Diante disto, os autores ressaltam que países emergentes se beneficiam com a melhoria da qualidade da informação contábil, devendo assim, buscar meios de melhorar suas infraestruturas de mercado, como por exemplo a adoção de melhores padrões contábeis.

2.3 Reconhecimento de Receitas e Alterações a Partir da IFRS 15

Em 2014, o IASB juntamente com o FASB publicou uma norma com o objetivo de introduzir novas regras para reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes: A IFRS 15. O IASB argumenta que a adoção da nova norma visa tratar deficiências existentes anteriormente, especificando uma estrutura abrangente e robusta para o reconhecimento, mensuração e divulgação da receita.

De forma mais específica, a IFRS 15: i) melhora a comparabilidade de receitas de contratos com clientes; ii) reduz a necessidade de orientação interpretativa para casos específicos sobre reconhecimento de receitas; e iii) fornece informações mais úteis através de novos requisitos de divulgação (IASB, 2014).

Dentre os novos requisitos da norma estão os chamados cinco passos, que visam orientar a análise de contratos e obrigações de desempenho para que seja atingido o reconhecimento de receitas, conforme detalhados na Figura 2.

Figura 2: 5 Passos para Reconhecimento de Receitas

PASSOS		ESPECIFICAÇÃO
1º PASSO	Identificar o contrato com cliente	Um contrato é um acordo entre partes que cria direitos executáveis e obrigações. Tal acordo pode ser escrito, oral ou implícito. Uma empresa deve aplicar a IFRS 15 a cada contrato com um cliente que tenha substância comercial e atenda a outros critérios especificados na norma.
2º PASSO	Identificar obrigações de desempenho presentes no contrato	As obrigações de desempenho são promessas em um contrato para transferir para um cliente bens ou serviços distintos. Uma obrigação de desempenho pode estar explícita ou implícita em um contrato. São consideradas obrigações de desempenho distintas aquelas nas quais é possível que o cliente se beneficie individualmente através de recursos prontamente disponíveis ou quando houver a possibilidade de identificar no contrato a transferência individual dos bens ou serviços.

3º PASSO	Determinar o preço de transação	O preço de transação é o valor que uma entidade aloca às obrigações de desempenho identificadas no contrato e, portanto, representa o montante de receita reconhecido quando satisfeita a obrigação de desempenho.
4º PASSO	Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho do contrato	Quando um contrato possuir mais de uma obrigação de desempenho, a empresa deve alocar o preço de transação para cada obrigação de acordo com o valor que a entidade espera receber pela satisfação de cada obrigação em específico.
5º PASSO	Reconhecer a receita quando a obrigação de desempenho for satisfeita	Uma empresa deve reconhecer a receita quando (ou a medida em que) satisfazer uma obrigação de desempenho transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Uma obrigação de desempenho pode ser satisfeita em um momento específico ou ao longo do tempo, sendo que, quando satisfeita ao longo do tempo cabe à empresa medir o progresso em direção à sua satisfação.

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado da IFRS 15.

Como evidenciado por Tavares (2016), alguns pontos presentes nos cinco passos precisarão atender a certos critérios ao efetuar-se a identificação e o reconhecimento de um contrato. As definições em si não sofreram alterações quanto à essência, no entanto, a IFRS 15 exige maior observância sobre a forma e cláusulas contratuais.

O estudo de Khamis (2016) teve como objetivo principal examinar as diferentes percepções entre preparadores e auditores em nível de familiaridade, clareza e facilidade de aplicação em diferentes setores econômicos do Egito. Seus resultados revelam que contadores e auditores egípcios não estavam preparados para as mudanças trazidas pela IFRS 15.

Church (2016) buscou compilar em sua pesquisa informações sobre o novo padrão de reconhecimento de receitas e concluiu ser essencial a todas as entidades o entendimento da nova orientação. Concluiu-se também que a nova norma melhorará a precisão e a consistência das demonstrações financeiras.

Jong (2017), por meio de análise dos relatórios financeiros de 2015 e 2016 de 24 empresas do setor hoteleiro americano, verificou a materialização das incertezas geradas pelos efeitos do novo padrão contábil de reconhecimento de receitas, bem como das alterações da norma contábil para arrendamento mercantil, nas estratégias futuras das entidades.

Os resultados de Jong (2017) indicam que apenas 8 empresas consideraram que o novo padrão de reconhecimento de receitas teria impacto significativo em suas estratégias reais. Entretanto, o autor expõe que os resultados relacionados à IFRS 15 são inconclusivos e sugere novas pesquisas com dados posteriores a 2016.

Jong (2017) ressalta que pesquisas adicionais sobre a adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas são essenciais e que pesquisadores da área tem um caminho interessante pela frente para analisar as consequências destas mudanças.

Davern, Gyles, Potter & Yang (2019) destacam que mudanças no reconhecimento de receitas trazidas pela IFRS 15 podem alterar o desempenho financeiro e refletir em medidas contábeis usadas em contratos de dívidas, bem como remuneração de gestores e cálculo de bônus.

Diante deste cenário, a pesquisa de Davern *et al* (2019) analisa os impactos da IFRS 15 através da perspectiva dos preparadores dos relatórios financeiros. Foram entrevistadas 143 pessoas, das quais 94,4% se declararam diretores financeiros, auditores, gerentes financeiros ou contadores.

Os resultados encontrados por Davern *et al* (2019) apontam que 63% dos preparadores entrevistados acreditam que os efeitos do novo padrão de reconhecimento de receitas são preocupantes, pois não se trata apenas de uma mudança de política contábil, mas sim uma alteração que modifica substancialmente os negócios e envolve múltiplas áreas funcionais além da contabilidade.

Acerca da relação entre os preceitos da IFRS 15 e a qualidade da informação, faz-se necessário ressaltar o maior poder de julgamento e discricionariedade ofertados aos gestores com o advento da IFRS 15. Neste aspecto, Rutledge *et al* (2016), enfatiza o entendimento de que a IFRS 15 apresenta maior discricionariedade sobre o momento do reconhecimento da receita. Segundo os autores, este poder de julgamento dos gestores inclina-se intimamente para a redução da qualidade da informação contábil, por meio da manipulação dos ganhos.

Gallistel *et al* (2012) afirmam que o novo padrão de reconhecimento de receitas regulamentado pela IFRS 15 tende a oferecer oportunidade adicional para gerenciamento de ganhos.

Neste contexto, embasando-se nas discussões teóricas expostas, ressaltando os potenciais mudanças relativas à IFRS 15 – Contratos com Cliente, bem como sua possível influência sobre a discricionariedade do gestor no reconhecimento de receitas, foram estabelecidas as seguintes hipóteses da pesquisa:

H1 – A adoção da IFRS 15 afetou positivamente o gerenciamento de receitas.

H1a – Os efeitos da adoção da IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas se diferenciam entre os setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico.

H1b – Os efeitos da adoção da IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas se diferenciam entre os países do BRICS.

3. METODOLOGIA

3.1 Composição da Amostra

Para a composição da amostra foram coletados, por meio da base de dados *Thomson Reuters Eikon*[®], dados financeiros de empresas dos segmentos de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e setor automobilístico sediadas nos países do BRICS. Os dados coletados abrangem anos de 2016, 2017 e 2018.

A delimitação dos setores da amostra justifica-se pelo fato dos agentes reguladores evidenciarem (FASB e IASB) que a alteração nos padrões de reconhecimento de receitas terá impacto mais relevante em setores econômicos específicos, sendo estes os setores que oferecem serviços agregados, contratos com variações nos valores das contraprestações, realizam vendas por encomendas e que envolvam licenciamento complexo (IASB, 2014).

A realização da análise com dados além da base nacional é fundamentada no objetivo de verificar se o efeito da adoção da IFRS 15, no que diz respeito ao gerenciamento de receitas, comporta-se de forma distinta entre países com características legais, políticas, econômicas e culturais diferentes.

Partindo deste objetivo, selecionou-se os países pertencentes ao acrônimo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ferrari (2010, apud Carducci, 2012) afirma que os países do BRICS se diferenciam por seus sistemas jurídicos e políticos. Sendo o Brasil e a Rússia classificados como sistemas jurídicos dominados pelo direito e pela política; Índia e África do Sul, sistemas dominados pelo direito e pela tradição e China como sistema dominado pela política e pela tradição.

Foram coletados dados de 1.301 empresas selecionadas através da classificação *North American Industry Classification System* (NAICS). Posteriormente, 185 empresas excluídas por inexistência de dados necessários. Desta forma, a amostra é composta por 1.116 empresas, sendo 596 chinesas, 401 indianas, 56 russas, 34 brasileiras e 29 sul-africanas. A amostra é detalhada na Tabela 1:

Tabela 1: Detalhamento da amostra

Setores	China	Índia	Rússia	Brasil	África do Sul	Total
Setor Automobilístico	41	12	5	2	0	60
Software	232	140	1	7	10	390
Telecomunicações	22	17	9	6	7	61
Engenharias, construção e imóveis	301	232	41	19	12	605
Total	596	401	56	34	29	1116

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando que a norma IFRS 15 passou a vigorar em janeiro de 2018, foram considerados dois anos anteriores (2016 e 2017) e o ano de adoção (2018). Cabe ressaltar que o modelo econométrico utilizado possui variáveis defasadas e futuras, de forma que, foram utilizadas informações de 2015 e de 2019, para possibilitar investigações de 2016, 2017 e 2018.

Conforme delimitações já detalhadas, a amostra totalizou 3.348 observações, tendo sido identificados problemas relacionados a *outliers*. Para mitigar os efeitos dos dados atípicos foi adotado o método de Hadi (1994). Ao final, a amostra foi composta por 3088 observações. Os tratamentos da amostra são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2: Tratamento dos *outliers*

Amostra antes do tratamento estatístico	3.348
(-) Exclusão dos <i>outliers</i> (Hadi, 1994)	260
(=) Total de observações da amostra final	3.088

Fonte: Elaborado pela autora

3.2 Modelo Empírico Para Estimação da Variável Dependente

Objetivando testar as hipóteses formuladas, a presente pesquisa utiliza o modelo desenvolvido por Caylor (2010) para estimar as receitas discricionárias. As receitas discricionárias estimadas pelo modelo são utilizadas como *proxy* de gerenciamento de receitas, tornando-se a variável dependente dos três modelos empíricos propostos.

Neste contexto, o modelo de Caylor (2010) modela a variação normal das receitas diferidas de curto prazo e das contas a receber com o objetivo de examinar se as empresas gerenciam suas receitas.

Seguindo uma abordagem de *accruals* específicos, no modelo desenvolvido por Caylor (2010) os componentes da receita discricionária são modelados individualmente. Desta forma, são reduzidos os erros de medição e possibilita-se uma análise mais completa da relação de cada *accrual* específico com o fluxo de caixa.

Partindo do pressuposto de que as contas a receber brutas estão relacionadas às vendas do período atual e que se referem ao fluxo de caixa do próximo período. O modelo de Caylor (2010) inclui ambas as variáveis no modelo, para que uma capture qualquer componente discricionário que não seja capturado pela outra. Dessa forma, a variação normal das contas a receber é estimada pelo modelo descrito na Equação (1):

(1)

$$\Delta CR_{it} = \beta_0 + \beta_1 1/AT_{it} + \beta_2 \Delta REC_{it} + \beta_3 \Delta FCO_{it+1} + \varepsilon_{it}$$

As variáveis da Equação 1 são especificadas na Tabela 3:

Tabela 3: Definição das variáveis da Equação (1)

Variável	Especificação
ΔCR_{it}	variação anual das contas a receber.
$1/AT_{it}$	inverso dos ativos totais.
ΔREC_{it}	variação anual das receitas do período corrente.
ΔFCO_{it+1}	variação anual do fluxo de caixa operacional do período seguinte.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Caylor (2010)

Nota: Todas as variáveis são ponderadas pelo ativo total defasado.

Partindo de um conjunto de suposições semelhantes às adotadas na estimação da variação das contas a receber brutas, Caylor (2010) modela as variações normais das receitas diferidas de curto prazo. Assumindo que, a receita diferida de curto prazo é a receita do período seguinte e o fluxo de caixa das operações do período corrente. A partir deste entendimento, o autor estima a variação normal das receitas diferidas de curto prazo, conforme demonstra a Equação (2):

(2)

$$\Delta RDC_{it} = \beta_0 + \beta_1 1/AT_{it} + \beta_2 \Delta REC_{it+1} + \beta_3 \Delta FCO_{it} + \varepsilon_{it}$$

As variáveis da Equação 2 são especificadas na Tabela 4:

Tabela 4: Definição das variáveis da Equação (2)

Variável	Especificação
ΔRDC_{it}	variação anual da receita diferida corrente.
$1/AT_{it}$	inverso dos ativos totais.
ΔREC_{it+1}	variação anual das receitas do período seguinte.
ΔFCO_{it}	variação anual do fluxo de caixa operacional do período corrente.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Caylor (2010)

Nota: Todas as variáveis são ponderadas pelo ativo total defasado

Por fim, conforme o modelo desenvolvido por Caylor (2010), a partir dos resíduos gerados nas estimações das variações normais das contas a receber brutas (ΔCR_{it}) e das

receitas diferidas correntes ($an\Delta RDC_{it}$), estima-se as receitas discricionárias ($anRECACC$) por meio da Equação (3):

(3)

$$anRECACC_{it} = an\Delta CR_{it} - an\Delta RDC_{it}$$

As variáveis da Equação 3 são especificadas na Tabela 5:

Tabela 5: Definição das variáveis da Equação (3)

Variável	Especificação
$anRECACC_{it}$	<i>Accruals</i> anormais de receitas.
$an\Delta CR_{it}$	Varição anormal das contas a receber.
$an\Delta RDC_{it}$	Varição anormal de receitas diferidas correntes.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Caylor (2010)

Posteriormente, visando analisar o gerenciamento das receitas das empresas presentes na amostra e verificar as questões abordadas nas hipóteses de pesquisa. Foram elaborados os modelos empíricos, tendo como variável dependente as receitas discricionárias calculadas pela Equação (3). Os valores estimados conforme Caylor (2010) são considerados em valores absolutos nos modelos empíricos.

3.3 Construção dos Modelos Empíricos Finais

Objetivando a análise principal relacionada ao gerenciamento de receitas após a adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas o modelo empírico intitulado Modelo 1, foi construído a partir da variável dependente relativa ao gerenciamento de receitas, estimada por meio do modelo de Caylor (2010).

Consistente com pesquisas anteriores, foram incluídas variáveis de controle que estão relacionadas ao gerenciamento de receitas. A Tabela 6 detalha as variáveis de controle, suas *proxies*, bem como as pesquisas que fundamentam suas inclusões:

Tabela 6: Variáveis de controle

Variáveis	Descrição	Proxy	Base
TAM_{it}	Tamanho da empresa	Logaritmo natural dos ativos totais	Altamuro (2005);Caylor (2010)
$CRESVEN_{it}$	Crescimento das vendas	$\frac{(Vendas_{it} - Vendas_{it-1})}{Vendas_{it-1}}$	Prakash e Sinha (2013);
$BIG4_i$	Auditado por uma Big4	1 caso a empresa seja auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 caso contrário.	Bowen <i>et al</i> (2002);

ROA_{it}	Retorno sobre ativos totais	$\frac{Lucro\ Líquido_{it}}{Ativo\ Total_{it-1}}$	Rad <i>et al</i> (2016); Giedt (2018)
RN_{it}	Variável categórica do resultado do período	1 caso o resultado do período seja negativo e 0 caso contrário.	Srivatava (2008)
$ALAV_{it}$	Alavancagem	$\frac{Exigível\ total_{it-1}}{Ativo\ Total_{it-1}}$	Rad <i>et al</i> (2016);

Fonte: Elaborado pela autora

Foram adicionadas ao modelo variáveis independentes do tipo *dummy* relacionadas aos países, com o intuito de controlar os efeitos dos diferentes países presentes na amostra, tendo a Índia como base a ser considerada no intercepto.

De acordo com o embasamento teórico e detalhamento das variáveis supracitadas, tendo o gerenciamento de receitas como variável dependente, estruturou-se o Modelo 1 conforme detalhado abaixo:

(Modelo 1)

$$anRECACC_{it} = \alpha + \beta_1 IRFS15_{it} + \beta_2 AFR_{it} + \beta_3 BRA_{it} + \beta_4 RUS_{it} + \beta_5 CHI_{it} + \beta_6 BIG4_{it} + \beta_7 CRESVEN_{it} + \beta_8 TAM_{it} + \beta_9 ALAV_{it} + \beta_{10} RN_{it} + \beta_{11} ROA_{it} + \varepsilon_{it}$$

As variáveis do Modelo 1 são especificadas na Tabela 7:

Tabela 7: Definição das variáveis do Modelo 1

Variável	Especificação
$anRECACC_{it}$	Receitas discricionárias estimadas pelo modelo de Caylor (2010)
$IRFS15_{it}$	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para os períodos após a adoção da norma IFRS 15 e 0 para as demais.
AFR_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas da África do Sul e 0 para as demais.
BRA_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas do Brasil e 0 para as demais.
RUS_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas da Rússia e 0 para as demais.
CHI_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas da China e 0 para as demais.
$BIG4_{it}$	Variável categórica. 1 caso a empresa seja auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 caso contrário
$CRESVEN_{it}$	Crescimento das vendas.
TAM_{it}	Tamanho.
$ALAV_{it}$	Alavancagem.
RN_{it}	Variável categórica do lucro líquido. Atribui 1 caso o resultado do período seja negativo e 0 caso contrário.
ROA_{it}	Retorno sobre ativos totais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme ressaltado anteriormente, delimita-se a análise aos setores de telecomunicações, *softwares*, construção civil, engenharia e imóveis, e automobilístico. Condizente com o delineamento da pesquisa, analisa-se de forma específica o efeito da adoção da IFRS15 em cada um dos setores presentes na amostra.

Para tanto, elaborou-se o modelo empírico intitulado Modelo 2, no qual foram incluídas variáveis independentes do tipo *dummy*, obtidas pela associação entre as variáveis de cada setor e a variável IFRS15 relativa aos períodos anteriores e posteriores à vigência do novo padrão de receitas, tendo o setor automobilístico como base a ser considerada no intercepto.

Agregou-se também ao Modelo 2 como variáveis de controle as *dummy* relativas aos setores e as variáveis detalhadas na Tabela 6. Desta forma, elabora-se o Modelo 2:

(Modelo 2)

$$\begin{aligned} anRECACC_{it} = & \alpha + \beta_1 IFRS15CONST_{it} + \beta_2 IFRS15TELE_{it} + \beta_3 IFRS15SOF_{it} \\ & + \beta_4 CONST_{it} + \beta_5 TELE_{it} + \beta_6 SOF_{it} + \beta_7 BIG4_{it} + \beta_8 CRESVEN_{it} \\ & + \beta_9 TAM_{it} + \beta_{10} ALAV_{it} + \beta_{11} RN_{it} + \beta_{12} ROA_{it} + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

As variáveis do Modelo 2 são especificadas na Tabela 8:

Tabela 8: Definição das variáveis do Modelo 2

Variável	Especificação
$anRECACC_{it}$	Receitas discricionárias estimadas pelo modelo de Caylor (2010)
$IFRS15CONST_{it}$	Associação da variável $CONST_{it}$ com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
$IFRS15TELE_{it}$	Associação da variável $TELE_{it}$ com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
$IFRS15SOF_{it}$	Associação da variável SOF_{it} com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
$CONST_{it}$	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas do setor de engenharias, construção e imóveis e 0 para as demais.
$TELE_{it}$	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas do setor de telecomunicações e 0 para as demais.
SOF_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas do setor de <i>software</i> e 0 para as demais
$BIG4_{it}$	Variável categórica. 1 caso a empresa seja auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 caso contrário
$CRESVEN_{it}$	Crescimento das vendas.
TAM_{it}	Tamanho.
$ALAV_{it}$	Alavancagem.
RN_{it}	Variável categórica do lucro líquido. Atribui 1 caso o resultado do período seja negativo e 0 caso contrário.
ROA_{it}	Retorno sobre ativos totais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Pautando-se nas justificativas já apresentadas, a pesquisa delimita-se aos países do BRICS: Brasil, China, Rússia, África do Sul e Índia. O Modelo 3 objetiva verificar os efeitos da adoção da IFRS 15 em cada país, diante das especificidades jurídicas, culturais e regulatórias de cada um deles.

Desta forma, semelhante ao construído para a análise por setor, o Modelo 3 incluiu variáveis do tipo *dummy* obtidas pela associação entre as variáveis de cada país e a variável IFRS15 relativa aos períodos anteriores e posteriores à vigência do novo padrão de receitas, tendo a Índia como base a ser considerada no intercepto.

Tal como nos Modelos 1 e 2, adicionou-se ao Modelo 3 como variáveis de controle as *dummy* relativas aos países e as variáveis detalhadas na Tabela 6. Desta forma, o Modelo 3 é dado conforme detalhamento abaixo:

(Modelo 3)

$$\begin{aligned} anRECACC_{it} = & \alpha + \beta_1 IFRS15AFR_{it} + \beta_2 IFRS15BRA_{it} + \beta_3 IFRS15RUS_{it} \\ & + \beta_4 IFRS15CHI_{it} + \beta_5 AFR_{it} + \beta_6 BRA_{it} + \beta_7 RUS_{it} + \beta_8 CHI_{it} \\ & + \beta_9 BIG4_{it} + \beta_{10} CRESVEN_{it} + \beta_{11} TAM_{it} + \beta_{12} ALAV_{it} + \beta_{13} RN \\ & + \beta_{14} ROA_{it} + \varepsilon_{it} \end{aligned}$$

As variáveis do Modelo 3 são especificadas na Tabela 9:

Tabela 9: Definição das variáveis do Modelo 3

Variável	Especificação
$anRECACC_{it}$	Receitas discricionárias estimadas pelo modelo de Caylor (2010)
$IFRS15AFR_{it}$	Associação da variável AFR_{it} com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
$IFRS15BRA_{it}$	Associação da variável BRA_{it} com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
$IFRS15RUS_{it}$	Associação da variável RUS_{it} com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
$IFRS15CHI_{it}$	Associação da variável CHI_{it} com a variável <i>dummy</i> relacionada aos períodos de vigência da norma IRFS 15. Sendo 1 para períodos após a adoção da norma e 0 para os demais períodos.
AFR_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas da África do Sul e 0 para as demais.
BRA_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas do Brasil e 0 para as demais.
RUS_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas da Rússia e 0 para as demais.
CHI_{it}	Variável <i>dummy</i> . Atribui 1 para empresas da China e 0 para as demais.
$BIG4_{it}$	Variável categórica. 1 caso a empresa seja auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 caso contrário
$CRESVEN_{it}$	Crescimento das vendas.

TAM_{it}	Tamanho.
$ALAV_{it}$	Alavancagem.
RN_{it}	Variável categórica do lucro líquido. Atribui 1 caso o resultado do período seja negativo e 0 caso contrário.
ROA_{it}	Retorno sobre ativos totais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os modelos propostos são estimados por meio de regressões multivariadas de dados em painel. Foram realizados testes para determinar o modelo painel a ser utilizado (efeitos fixos, aleatórios ou *POLS*).

Para tanto, foram realizados os testes de *Breusch-Pagan*, *Chow* e *Hausman*, indicando como modelo mais adequado o de dados em painel com efeitos aleatórios com erros-padrões robustos. O teste de correlação de *Pearson* e de *spearman*, bem como o teste VIF não indicaram alta correlação entre as variáveis e multicolineariedade dos dados, conforme detalhamento no apêndice A.

3.4 Testes Adicionais de Robustez

Para fins de robustez dos resultados, foi empregada a regressão quantílica, que consiste em estimações baseadas na mediana ao invés da média como nos modelos convencionais (OLS). Desenvolvida por Koenker e Basset (1978), a regressão quantílica refere-se a uma classe de estimadores baseada na minimização dos valores absolutos dos erros da regressão, sendo uma alternativa mais robusta à presença de outliers, curtose e assimetria da distribuição.

A escolha da estimação pelo método de regressão quantílica como teste de robustez se justifica pela possibilidade de se analisar as variações inter e intra quantis, possibilidade esta não oferecida pelos métodos OLS (Koenker & Basset, 1978). Dessa forma, a regressão quantílica permite captar os efeitos da variável explicativa (IFRS15) ao longo da distribuição, de acordo com quantis adequadamente selecionados, possibilitando avaliar os efeitos da IFRS 15 no gerenciamento de resultados com maior precisão, independente da discrepância entre os valores estimados da variável dependente (anRECACC).

Para verificação da robustez dos resultados encontrados na regressão do Modelo 1, foi estimada a regressão quantílica com quatro quantis sendo: quartil 25, quartil 50 e quartil 75.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Exploratória Inicial

A exposição e discussão dos resultados encontrados pela pesquisa inicia-se pela análise descritiva dos dados, os quais demonstram que mais de 54% da amostra é composta por empresa chinesas, 35,43% por companhias indianas, 4,92% são russas, 2,62% sul-africana e apenas 2,82% da amostra é composta por entidades brasileiras. Conforme exposto na Tabela 10:

Tabela 10: Estatística descritiva: Quantidade de observações por País.

	Frequência	
China	1.674	54,21%
Índia	1.094	35,43%
Rússia	152	4,92%
Brasil	87	2,82%
África do Sul	81	2,62%
Totais	3.088	100%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa

Na Tabela 11 é possível observar que a amostra é predominantemente composta por empresas dos setores de construção, engenharia e imóveis e *softwares*. Somados, os dois segmentos correspondem a 89,39% das observações da amostra analisada. Esta predominância está diretamente relacionada às empresas chinesas presentes na amostra, das quais 89,42% são dos setores de construção civil e *softwares*.

Tabela 11: Estatística descritiva: Quantidade de observações por setor.

	Frequência	
Construção, engenharia e imóveis	1.697	54,95%
<i>Softwares</i>	1.054	34,13%
Telecomunicações	170	5,51%
Automobilístico	167	5,41%
Totais	3.088	100%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa

Adicionalmente, na Tabela 12 verifica-se que 67,03% dos dados analisados referem-se a períodos que antecedem a adoção da IFRS 15, este percentual se justifica pelo fato da janela temporal da pesquisa compreender apenas um ano após a adoção (2018) e dois anos antes do novo padrão de reconhecimento de receitas (2016 e 2017).

A Tabela 12 também demonstra que 87,94% das observações são relativas a empresas não auditadas por uma das quatro maiores firmas de auditoria do mundo (BIG4). Esta discrepância está relacionada principalmente às empresas indianas e chinesas, que em sua absoluta maioria não são auditadas por BIG 4. Ressalta-se ainda a variável RN que

demonstra que mais de 85% das observações da amostra são de empresas que apresentam resultado positivo no período analisados.

Tabela 12: Estatística descritiva das variáveis qualitativas IFRS15, BIG4 e RN.

<i>IFRS15</i>	Antes da adoção		Após a adoção		Obs Totais	
		2.054	66,51%	1.034	33,49%	3.088
<i>BIG4</i>	Auditadas por BIG4		Não auditadas por BIG4		Obs Totais	
		458	14,83%	2.630	85,17%	3.088
<i>RN</i>	Resultado negativo no período		Resultado positivo no período		Obs Totais	
		595	19,27%	2.493	80,73%	3.088

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa

A análise descritiva é concluída com a estatística das variáveis quantitativas apresentada na Tabela 13, dentre elas a variável dependente anRECACC que apresenta valor mínimo de 0,000018 e valor máximo de 0,477667, tendo como valor médio 0,076303, reforça-se que os valores desta variável são todos positivos oriundos dos valores absolutos das receitas discricionárias estimadas pelo modelo de Caylor (2010) conforme equações 1, 2 e 3.

Tabela 13: Estatística descritiva das variáveis quantitativas

Variável	obs	média	Desvio padrão	min	max
anRECACC	3.088	0.076305	0.0815931	0.000018	0.477667
<i>TAM</i>	3.088	19.66478	2.457407	11.32189	26.33434
<i>CRESVEN</i>	3.088	0.0833167	0.4068926	-1.324688	2.135196
<i>ROA</i>	3.088	0.0324007	0.0852464	-4100587	0.4654262
<i>ALAV</i>	3.088	0.5384827	0.2769584	0	1.725046

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa

4.2 Análise das Regressões

4.2.1 Regressões Multivariadas dos Modelos Empíricos Propostos.

Inicialmente foram feitos testes de média para verificar se, na ausência das variáveis de controle, há diferença estatística do gerenciamento de receitas entre os períodos anteriores e posteriores à adoção da IFRS 15. Por meio do teste Mann-Whitney foi identificado que há diferença nas médias do gerenciamento de receitas entre os anos antes da IFRS 15 (2016 e 2017) e o ano após a adoção (2018), a um nível de significância de 10%. Os resultados do teste Mann-Whitney são demonstrados na tabela 14:

Tabela 14: Teste de diferença de média do gerenciamento de receitas

IFRS 15	obs	Rank-sum	Expected
Antes da adoção	2.054	3127136.5	0.0815931
Após da adoção	1.034	1642279.5	3172403

Prob > |z| = 0.0529

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa

Seguindo a metodologia proposta para responder ao problema de pesquisa, os resultados dos Modelos 1, 2 e 3 são apresentados na Tabela 15:

Tabela 15: Resultados das regressões dos modelos 1, 2 e 3

$$(1) \text{anRECACC}_{it} = \alpha + \beta_1 \text{IFRS15}_{it} + \beta_2 \text{AFR}_{it} + \beta_3 \text{BRA}_{it} + \beta_4 \text{RUS}_{it} + \beta_5 \text{CHI}_{it} + \beta_6 \text{BIG4}_{it} + \beta_7 \text{CRESVEN}_{it} + \beta_8 \text{TAM}_{it} + \beta_9 \text{ALAV}_{it} + \beta_{10} \text{LL}_{it} + \beta_{11} \text{ROA}_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(2) \text{anRECACC}_{it} = \alpha + \beta_1 \text{IFRS15CONST}_{it} + \beta_2 \text{IFRS15TELE}_{it} + \beta_3 \text{IFRS15SOF}_{it} + \beta_4 \text{CONST}_{it} + \beta_5 \text{TELE}_{it} + \beta_6 \text{SOF}_{it} + \beta_7 \text{BIG4}_{it} + \beta_8 \text{CRESVEN}_{it} + \beta_9 \text{TAM}_{it} + \beta_{10} \text{ALAV}_{it} + \beta_{11} \text{RN}_{it} + \beta_{12} \text{ROA}_{it} + \varepsilon_{it}$$

$$(3) \text{anRECACC}_{it} = \alpha + \beta_1 \text{IFRS15AFR}_{it} + \beta_2 \text{IFRS15BRA}_{it} + \beta_3 \text{IFRS15RUS}_{it} + \beta_4 \text{IFRS15CHI}_{it} + \beta_5 \text{AFR}_{it} + \beta_6 \text{BRA}_{it} + \beta_7 \text{RUS}_{it} + \beta_8 \text{CHI}_{it} + \beta_9 \text{BIG4}_{it} + \beta_{10} \text{CRESVEN}_{it} + \beta_{11} \text{TAM}_{it} + \beta_{12} \text{ALAV}_{it} + \beta_{13} \text{RN} + \beta_{14} \text{ROA}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variável	(1)	(2)	(3)
<i>IFRS15</i>	0.00624** (0.00287)	-	-
<i>AFR</i>	0.00631 (0.01134)	-	-0.00657 (0.01449)
<i>BRA</i>	-0.00876 (0.01137)	-	-0.00975 (0.01114)
<i>RUS</i>	0.02178** (0.00992)	-	0.02814*** (0.01172)
<i>CHI</i>	0.01679*** (0.00428)	-	0.01321*** (0.00443)
<i>IFRS15CONST</i>	-	0.01354*** (0.00400)	-
<i>IFRS15TELE</i>	-	0.01123 (0.00768)	-
<i>IFRS15SOF</i>	-	0.00149 (0.00466)	-
<i>IFRS15AFR</i>	-	-	-0.00161 (0.01667)
<i>IFRS15BRA</i>	-	-	-0.00287 (0.00895)
<i>IFRS15RUS</i>	-	-	0.01939 (0.01256)
<i>IFRS15CHI</i>	-	-	0.01141*** (0.00382)
<i>CONST</i>	-	-0.02146*** (0.00637)	-
<i>TELE</i>	-	-0.03526 *** (0.00938)	-
<i>SOF</i>	-	-0.01965*** (0.00685)	-
<i>BIG4</i>	0.00320 (0.00538)	0.00374 (0.00487)	0.00347 (0.00539)
<i>CRESVEN</i>	0.00897** (0.00413)	0.01090*** (0.00409)	0.00878** (0.00409)
<i>TAM</i>	-0.00711*** (0.00099)	-0.00572*** (0.00091)	-0.00721*** (0.00099)
<i>ALAV</i>	0.03226*** (0.00797)	0.02527*** (0.00842)	0.03266*** (0.00796)
<i>RN</i>	0.00059 (0.00547)	-0.00287 (0.00545)	0.00076 (0.00543)
<i>ROA</i>	0.02839 (0.02560)	-0.01954 (0.02644)	0.02976 (0.02558)
<i>Constante</i>	0.18479 *** (0.01786)	0.19177*** (0.01928)	0.18837*** (0.01780)

Nota: **IFRS15**= variável *dummy* que atribui 1 para os períodos após a adoção da norma IFRS 15 e 0 para as demais; **AFR**= variável *dummy* que atribui 1 para empresas da África do Sul e 0 para as demais; **BRA**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas do Brasil e 0 para as demais; **RUS**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas da Rússia e 0 para as demais; **CHI**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas da China e 0 para as demais; **IFRS15CONST**= Associação da variável CONST com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **IFRS15TELE**= Associação da variável TELE com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **IFRS15SOF**= Associação da variável SOF com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **IFRS15AFR**= Associação da variável AFR com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **IFRS15BRA**= Associação da variável BRA com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **IFRS15RUS**= Associação da variável RUS com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **IFRS15CHI**= Associação da variável CHI com a variável *dummy* relacionada aos períodos de vigência da norma IFRS 15; **CONST**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas do setor de engenharias, construção e imóveis e 0 para as demais; **TELE**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas do setor de telecomunicações e 0 para as demais; **SOF**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas do setor de *software* e 0 para as demais; **BIG4**= Variável categórica que atribui 1 caso a empresa seja auditada por uma das 4 maiores empresas de auditoria e 0 caso contrário; **CRESVEN**= Crescimento das vendas; **TAM**= Tamanho da empresa; **ALAV**= Alavancagem; **RN**= Variável categórica do lucro líquido, atribui 1 caso o resultado do período seja negativo e 0 caso contrário; **ROA**= Retorno sobre ativos totais.

Nota: As regressões foram estimadas com dados em painel, com efeitos aleatórios e correção por erros padrões robustos. O erro padrão de cada coeficiente é apresentado entre parênteses. Nível de significância: *** 1%, ** 5%, * 10%

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.2 Resultados Modelo Multivariado 1 – Efeitos da IFRS 15 no gerenciamento de receitas.

O modelo econométrico intitulado Modelo 1 tem como finalidade verificar qual o efeito do advento da IFRS 15 no gerenciamento de resultados por *accruals* específicos de receitas nos setores telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico, tendo sido adicionadas *dummy* relativas aos países para controle.

Os resultados do Modelo 1 detalhados na Tabela 15 possibilitam inferir que, a adoção do novo padrão que permite um maior poder de julgamento do gestor no reconhecimento de receitas, influenciou no aumento do gerenciamento de receitas das empresas presentes na amostra, com nível de significância de 5%, tendo China e Rússia demonstrado diferença positiva e significativa em relação ao demais países da amostra.

Para verificar a robustez dos resultados das estimações do Modelo 1, foi realizada uma regressão quantílica na qual analisou-se o gerenciamento de receitas em quartis. Os resultados da estimação da regressão quantílica são apresentados na Tabela 16:

Tabela 166: Resultados da regressão quantílica do Modelo 1 em quartis.

$$anRECACC_{it} = \alpha + \beta_1 IFRS15_{it} + \beta_2 AFR_{it} + \beta_3 BRA_{it} + \beta_4 RUS_{it} + \beta_5 CHI_{it} + \beta_6 BIG4_{it} + \beta_7 CRESVEN_{it} + \beta_8 TAM_{it} + \beta_9 ALAV_{it} + \beta_{10} LL_{it} + \beta_{11} ROA_{it} + \varepsilon_{it}$$

Variáveis	Quartil 25		Quartil 50		Quartil 75	
<i>IFRS15</i>	.00443***	(.0017)	.0048***	(.0018)	.0092**	(.0048)
<i>AFR</i>	.0057	(.0048)	.0117**	(.0059)	.0084	(.0127)
<i>BRA</i>	.0021	(.0021)	.0014	(.0053)	-.0115	(.0081)
<i>RUS</i>	.0047	(.0045)	.0132**	(.0055)	.0478**	(.0204)
<i>CHI</i>	.0076***	(.0016)	.0203***	(.0021)	.0270***	(.0039)
<i>BIG4</i>	.0006	(.0029)	.0017	(.0031)	.0083	(.0094)
<i>CRESVEN</i>	.0031*	(.0018)	.0100***	(.0030)	.0229***	(.0083)
<i>TAM</i>	-.0022***	(.0004)	-.0058***	(.0005)	-.0122***	(.0010)
<i>ALAV</i>	.0148***	(.0028)	.0323***	(.0076)	.0684***	(.0094)
<i>RN</i>	.0029	(.0025)	.0061	(.0045)	.0028	(.0063)
<i>ROA</i>	.0407***	(.0080)	.0561***	(.0171)	.0577**	(.0194)
<i>Constante</i>	.0508***	(.0081)	.1303***	(.0102)	.2807***	(.0149)
<i>N</i>	3088		3088		3088	

Nota: **IFRS15**= variável *dummy* que atribui 1 para os períodos após a adoção da norma IFRS 15 e 0 para as demais; **AFR**= variável *dummy* que atribui 1 para empresas da África do Sul e 0 para as demais; **BRA**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas do Brasil e 0 para as demais; **RUS**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas da Rússia e 0 para as demais; **CHI**= Variável *dummy* que atribui 1 para empresas da China e 0 para as demais; **CRESVEN** = Crescimento das vendas; **TAM**= Tamanho da empresa; **ALAV**= Alavancagem; **RN**= Variável categórica do lucro líquido, atribui 1 caso o resultado do período seja negativo e 0 caso contrário; **ROA**= Retorno sobre ativos totais.

Nota: O erro padrão de cada coeficiente é apresentado entre parênteses. Nível de significância: *** 1%, ** 5%, * 10%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados da regressão quantílica confirmam que, independentemente de se tratar de um nível de gerenciamento baixo (quartil 25) ou de um nível alto (quartil 75), a adoção da IFRS 15 resultou em aumento do gerenciamento de receitas. Fortalecendo, assim, os resultados apresentados na regressão principal do Modelo 1.

O resultado relativo ao efeito positivo da adoção da IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas, contraria o argumento exposto pelo FASB (2002) de que a maior amplitude das escolhas contábeis objetiva que os gestores possam escolher as políticas contábeis que melhor transmitam a realidade econômica da entidade, em detrimento de um comportamento oportunista.

Não obstante aos estudos empíricos que relacionam a normatização contábil baseada em princípios ao aumento da qualidade da informação contábil (Barth *et al*, 2008; Capkun *et al*, 2016; Grecco, 2013), os resultados apresentados pela presente pesquisa reforçam que esta relação não é pacificada e é passível de novos estudos.

Este entendimento reforça o exposto por Marra *et al* (2011) ao afirmarem que a qualidade da informação contábil permanece sendo preocupação, pois a flexibilidade inerente aos padrões baseados em princípios com espaço considerável para descrição e julgamento gerenciais oferece oportunidade para as empresas gerenciarem seus ganhos.

Os achados desta pesquisa que apontam o maior gerenciamento de receitas mediante a maior oportunidade de julgamento com o advento da IFRS 15, corroboram com evidências empíricas que indicam aumento do gerenciamento de resultados diante da maior discricionariedade das normas pautadas em princípios (Jeanjean & Stolowy, 2008; Elbannan, 2010; Klann & Beuren, 2010)

Neste sentido, conforme exposto Dalkilic (2014), os preceitos de reconhecimento de receitas da IFRS 15 exigem mais julgamentos dos gestores e preparadores das demonstrações financeiras. Os resultados do presente estudo possibilitam inferir que esta maior discricionariedade presente na nova norma oferece espaço adicional para gerenciamento de receitas.

Diante do exposto, os resultados encontrados impossibilitam refutar a hipótese H1, ou seja, são encontradas evidências estatísticas de que a adoção da IFRS 15 afetou positivamente o nível de gerenciamento de receitas.

As evidências aqui encontradas também permitem confirmar os *insights* de Caylor (2010), Gallistel *et al* (2012) e Rutledge *et al* (2016) que relacionaram a vigência da IFRS 15 ao aumento do gerenciamento de resultados e, conseqüentemente, à diminuição da qualidade da informação contábil.

4.2.3 Resultados Modelo Multivariado 2 – Efeitos da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas: Análise por Setores.

O Modelo 2 objetivou verificar se os efeitos da adoção da IFRS 15 no gerenciamento de receitas foram diferentes de acordo com cada setor presente na amostra. Seus resultados demonstram que houve diferença estatisticamente significativa no setor de engenharias, construção e imóveis, apresentando coeficiente com sinal positivo, validando o aumento do gerenciamento de receitas após a vigência da norma IFRS 15.

Tais achados são alinhados com o entendimento de que influências das normas internacionais de contabilidade variam significativamente entre empresas e setores (Hail, Leuz & Wysocki, 2009). Segundo Matinez (2001), todos os setores gerenciam seus resultados, positiva ou negativamente, entretanto, há diferenças do nível de gerenciamento entre os setores.

Cabe ressaltar a importância da análise fragmentada em setores, conforme afirmado por Almeida (2006), a análise por meio de setores é útil quando se objetiva pesquisar comportamentos e resultados heterogêneos no interior do segmento que não podem ser explicados por ações isoladas das firmas.

Os resultados encontrados confirmam o prognóstico feito pelo IASB (2014), no qual previa que o setor construção seria um dos mais impactados com a vigência da IFRS 15. Conforme evidenciado por Tavares (2016), a IFRS 15 afeta diretamente o setor de construção pois o advento da norma exige que estas empresas alterem sua estrutura de informações para analisar contratos que contemplem mais de uma obrigação de desempenho.

O relevante impacto da IFRS 15 sobre as empresas dos ramos de engenharias, construção e imóveis também pode ser reforçado ao se analisar o envolvimento do setor nas discussões sobre a norma por meio de cartas ao FASB/IASB. O estudo de Azevedo (2017) evidencia que o setor foi autor de mais de 32% das cartas enviadas aos órgãos reguladores na fase de *Exposure Draft* para elaboração da IFRS 15, sendo responsável por 36% das cartas com coalisões discordantes. Azevedo (2017) ressalta ser natural que os setores mais afetados com as mudanças buscassem adequar o padrão aos seus próprios interesses.

Conforme evidencia a KPMG (2016), a IFRS 15 afetaria diretamente as empresas dos setores de engenharias, construção e imóveis principalmente nas etapas 2 (identificação das obrigações de desempenho) e 5 (reconhecimento da receitas quando a obrigação de

desempenho for satisfeita), ou seja, duas etapas que oferecem ao preparador da informação financeira significativa discricionariedade e poder de julgamento.

Neste sentido, os resultados apresentados por este possibilitam inferir que os gestores das empresas de engenharias, construção e imóveis usam a discricionariedade presente na IFRS 15 para gerenciar suas receitas.

Diante do exposto e conforme resultados estatísticos apresentados, este estudo não refuta a hipótese formulada, intitulada H1a. Ou seja, há indicadores estatísticos que permitem inferir que os efeitos da adoção da IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas se diferenciam entre os setores de telecomunicações, *software*, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico. Sendo o setor de construção o que apresenta diferença significativa, demonstrando aumento do gerenciamento de receitas.

4.2.4 Resultados Modelo Multivariado 3 – Efeitos da IFRS 15 no Gerenciamento de Receitas: Análise por Países.

Conforme evidenciam Hail, Leuz & Wysocki (2009), os efeitos e benefícios da adoção das IFRS variam de acordo com os mercados e países. Neste aspecto, os resultados demonstram que os efeitos da adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas foram significativamente diferentes na China, em relação aos demais países da amostra, demonstrando aumento no gerenciamento por receitas discricionárias após a adoção da IFRS 15 neste país.

Ressalta-se que os efeitos da vigência da IFRS 15 não foram estatisticamente significantes na Índia, Rússia, África do Sul e Brasil, corroborando com o entendimento de Ball (2006) que afirma ser simplório considerar que as normas produzam os mesmos efeitos nas demonstrações financeiras em todos os países, por haver especificidades como fatores políticos, econômicos e sociais que influenciam na sua elaboração.

Os resultados desta análise são condizentes com o entendimento de Santos e Cavalcante (2004) que ressaltam que a contabilidade é o fruto de fatores legais, econômicos, político e institucionais que influenciam os incentivos de divulgação financeira das firmas de cada país. Fatores que também afetam o modo como as IFRS são implementadas e assimiladas em cada país, o que gera consequências econômicas também distintas.

As evidências estatísticas desta pesquisa corroboram com os achados de Rodrigues e Niyama (2018) que, ao analisarem o gerenciamento de resultados por *accruals*

agregados após a convergência às normas internacionais, encontram resultados diferentes entre os países do BRICS.

Os resultados também são similares aos encontrados por Braga (2016), os quais apresentam diferenças significantes entre os reflexos da adoção das normas internacionais de contabilidade na qualidade do lucro de empresas de diferentes países. Entretanto, os resultados encontrados por Braga (2016) são baseados na divisão dos países em dois grupos: sistema jurídico *Common Law* e *Code Law*.

Este entendimento de que os diferentes efeitos das normas contábeis se justificam pelo sistema jurídico de cada país não é confirmado pelos achados da presente pesquisa. Visto que, Rússia e China apresentaram comportamentos distintos, relacionados ao gerenciamento de receitas a partir da IFRS 15, mesmo sendo ambos considerados países com sistemas jurídicos considerados *Code Law*.

Portanto, conforme exposto, a presente pesquisa possui evidências estatísticas que não permitem rejeitar a hipótese H1b, ou seja, infere-se que os efeitos da adoção da IFRS 15 sobre o gerenciamento de receitas se diferenciam entre os países do BRICS.

4.2.5 Análise Complementar das Variáveis de Controle Incluídas nos modelos propostos.

As variáveis de controle incluídas nos modelos econométricos propostos, demonstraram comportamentos bastante semelhantes nos três modelos analisados. Conforme resultados apresentados na Tabela 15, dentre as variáveis de controle, as que se mostraram estatisticamente significantes foram: variável relacionada ao crescimento das vendas (CRESVEN), variável relacionada ao tamanho da firma (TAM) e a variável que indica a alavancagem da empresa (ALAV).

Quanto ao tamanho da empresa, foram encontrados coeficientes negativos e significativos a um nível de 1%. Os resultados indicam que as empresas maiores gerenciam menos suas receitas, estes achados corroboram com os encontrados na pesquisa realizada por Rad *et al* (2016) na qual é encontrada relação negativa entre o tamanho da empresa e o gerenciamento de receitas.

Entende-se que este comportamento pode estar relacionado a três possíveis fatores: i) Empresas de grande porte podem ter sistemas de controle interno mais sofisticados, entende-se que um sistema de controle interno eficiente melhore a confiabilidade e qualidade da informação contábil; ii) as empresas maiores consideram os custos de reputação ao se envolver em manipulação de informação financeira, de forma

que a preocupação com sua imagem no mercado inibe o gerenciamento de ganhos; iii) as empresas de grande porte geralmente são auditadas por grandes firmas de auditoria, tendendo a reportar níveis mais baixos de provisões discricionárias (Kim, Liu & Rhee, 2003).

Em relação às variáveis ALAV e CRESVEN, apresentaram significância a um nível de 1% e sinais positivos. A relação positiva e significativa da variável CRESVEN contrapõe os achados de Prakash e Sinha (2013), que concluem que o crescimento das vendas não influencia significativamente no coeficiente da variável de gerenciamento de receitas.

Os resultados apresentados pela variável ALAV são condizentes com os achados de Rad *et al* (2016), que indicam relação positiva entre a alavancagem e o gerenciamento de receitas. Este resultado corrobora com o entendimento de Watts e Zimmerman (1990) de que empresas altamente alavancadas são mais propensas a se envolver em atividades oportunistas e de manipulação para evitar violação de cláusulas contratuais.

Portanto, diante dos resultados relacionados é também possível inferir que as empresas com maior alavancagem, maior crescimento de vendas e de menor porte apresentam maior propensão de gerenciar suas receitas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o objetivo de investigar a influência do novo padrão de reconhecimento de receitas regulamentado pela IFRS 15 no gerenciamento de receitas das empresas sedeadas em países pertencentes ao BRICS, dos setores de telecomunicações, software, engenharias, construção e imóveis, e automobilístico.

Para alcançar o objetivo proposto e responder ao problema da pesquisa, foram analisadas 1116 empresas de países pertencentes ao acrônimo BRICS, abrangendo uma janela temporal de 2016 a 2018.

As receitas discricionárias foram estimadas através do modelo desenvolvido por Caylor (2010), sendo posteriormente utilizadas como *proxy* para medir o gerenciamento das receitas das firmas presentes na amostra.

Os resultados indicam que a adoção da IFRS 15 influenciou positivamente no nível de gerenciamento de receitas. Sendo, portanto, apresentadas evidências estatísticas suficientes para não refutar a hipótese principal da pesquisa H1: A adoção da IFRS 15 afetou positivamente o nível de gerenciamento por *accruals* de receitas.

Desta forma, a pergunta pode ser respondida no sentido de que a vigência do novo padrão de reconhecimentos de receitas a partir de janeiro de 2018 influenciou na prática de gerenciamento de receitas. Cabe ainda ressaltar que, segundo os resultados obtidos pelo presente estudo, a influência foi no sentido de aumentar os níveis das receitas discricionárias.

Adicionalmente, foram propostos objetivos específicos relacionados as possíveis diferenças dos resultados em cada país e em cada setor. Para tanto, foram analisados os efeitos da adoção do novo padrão de reconhecimento de receitas de forma específica por país e por setor.

Os resultados indicaram diferenças significativas na China e no setor de engenharias, construção e imóveis, em ambos os casos os coeficientes indicaram aumento do gerenciamento de receitas após a vigência da IFRS 15.

Este estudo enriquece a literatura sobre gerenciamento de receitas e sobre os efeitos oriundos da normatização contábil internacional. Seus achados indicam, sobretudo, que a maior discricionariedade e o maior poder de julgamento de dados ao gestor com o advento da IFRS 15, possibilitaram maior espaço para o oportunismo dos gestores e aumentou o gerenciamento de receitas.

A evidência de que a IFRS 15 aumentou o gerenciamento de receitas e, conseqüentemente, reduziu a qualidade da informação contábil corrobora com os *insights* de Caylor (2010), Gallistel, Geoffery, Bartlett e Dodd (2012) e Rutledge *et al* (2016).

Ressalta-se a relevância dos resultados encontrados para os agentes normatizadores e para os usuários externos da informação contábil. Alertando que o entendimento que relaciona a discricionariedade presente nas normas internacionais (baseadas em princípios) ao aumento da qualidade da informação não deve ser considerado como verdade absoluta, sendo passível de contínua verificação.

A pesquisa teve como principal limitação a impossibilidade de analisar um período maior após a vigência da norma, visto que, até sua finalização apenas as demonstrações contábeis de 2018 estavam publicadas. Ressalta-se ainda a limitação estatística relacionada ao desequilíbrio entre o número de empresas chinesas e indianas em relação aos demais países, visto que os mercados chineses e indianos possuem um número superior de empresas de capital aberto.

Por fim, como futuras pesquisas, sugere-se analisar se os resultados aqui encontrados serão persistentes nos próximos anos. Poderão ainda analisar uma janela de tempo maior visto que esta pesquisa analisou apenas um ano após a adoção da IFRS 15.

REFERÊNCIAS

Allocco, A., Cohen, B., de Bell, T., Morgan, D., Stallings, D. (2014). Revenue from contracts with customers: The standard is final – A comprehensive look at the new revenue model. *In depth: a look at current financial reporting issues*. 2014(1)

Alonso, P. A.; Palenzuela, V. A, & Iturriaga, F. J. L. (2002). New international evidence on boards of directors. A panel data analysis. In VI Workshop en Finanzas.

Almeida, J. E. F. de. (2006). Earnings management no Brasil: grupos estratégicos como nova variável exploratória. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, v. 3, n. 6, p. 81-95.

Altamuro, J., Beatty, A. L., & Weber, J. (2005). The effects of accelerated revenue recognition on earnings management and earnings informativeness: Evidence from SEC Staff Accounting Bulletin No. 101. *The Accounting Review*, 80(2), 373-401.

Azevedo, E. P. R. D. S. (2017). *Um estudo sobre a probabilidade de sucesso de lobbying na IFRS 15: análise das coalizões entre os respondentes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for Investors. *Accounting and Business Research*, 36(supl), p. 5-27.

Barth, M., Landsman, W., & Lang, M. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46, 467–498.

Barth, M. E., Clinch, G., Israeli, D. (2016). What do *accruals* tell us about future cash flows?. *Review of Accounting Studies*, 21, 768-807.

Bartov, E.; Mohanram, P. Private information, earnings manipulations, and executive stock-option exercises. *The Accounting Review*, v. 79, n. 4, p. 889-920, 2004.

Beaver, W.H., Engel, E.E., 1996. Discretionary behavior with respect to allowances for loan losses and the behavior of security prices. *Journal of Accounting and Economics* 22 (1-3), 177-206

Braga, J. P. (2016). Efeitos da Adoção das IFRS sobre a Qualidade das Demonstrações Financeiras: A relevância dos fatores institucionais. Anais do 16º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

Bowen, R. M., Davis, A. K., & Rajgopal, S. (2002). Determinants of revenue-reporting practices for internet firms. *Contemporary Accounting Research*, 19(4), 523-562.

Burgstahler, D C.; HAIL, L; Leuz, C. (2006) The importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*. v. 81. n.5. p.983-1016

Capkun, V., Collins, D., & Jeanjean, T. (2016). The effect of IAS/IFRS adoption on earnings management (smoothing): A closer look at competing explanations. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(4), 352-394.

Carvalho, L. N. G., & Carmo, C. H. S. do. (2012). *Reconhecimento contábil de receitas. Controvérsias Jurídico-contábeis Aproximações e Distanciamentos* (3º Volume). São Paulo. In R. Q. Mosquera & A. B. Lopes (Eds.),

Carducci, M. (2012). A realidade dos países BRICS e o papel do direito constitucional comparado. *Revista de Direito Administrativo e Constitucional*. 50, 205-217.

Caylor, M. (2010). Strategic Revenue Recognition to Achieve Earnings Benchmarks, *Journal of Accounting and Public Policy*. 29 (1), 82–95.

Chen, H.; Tang, Q.; Jiang, Y.; & Lin, Z. (2010). The role of international financial reporting standards in accounting quality: Evidence from the European Union. *Journal of international financial management & accounting*, 21(3), 220-278.

Church, I. T. (2016). The Effects of accounting standards update 2014-09: Revenue From Contracts With Costumers. *Appalachian State University*. Carolina do Norte, EUA.

CPC 47 - Receita de Contrato Com Cliente. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Recuperado em 07 de abril, 2019, de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105>

CVM 762. Comissão de Valores Mobiliários. Recuperado em 07 de abril, 2019, de <http://cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0700/deli762.html>.

CFC NBC TG47 - Receita de Contrato Com Cliente. Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado em 07 de abril, 2019, de <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>

Dalkilic, A. F. (2014). The Real Step In Convergence Project: A Paradigm Shift From Revenue Recognition To Revenue From Contracts With Customers. *International Journal of Contemporary Economics and Administrative Sciences*, 4(3-4), 67-84.

Davern, M., Gyles, N., Potter, B., & Yang, V. (2019). Implementing AASB 15 Revenue from Contracts with Customers: The preparer perspective. *Accounting Research Journal*, (just-accepted), 00-00.

De Almeida, P. R. (2009). O papel dos BRICs na economia mundial. *Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas*, 57-65.

DeAngelo, L., 1986. Accounting numbers as market valuation substitutes: a study of management buyouts of public stockholders. *The Accounting Review* 61 (3), 400-420

Dechow, P. M. (1994) Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: the role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*. v. 18, n.1-2. p.3-42.

Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 35-59.

Dechow, P. M., & Sloan, R. G. (1991). Executive incentives and the horizon problem: An empirical investigation. *Journal of accounting and Economics*, 14(1), 51-89.

Dechow, P. M., Sloan, R. G., Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The accounting Review*. Sarasota, 70 (2), 193-225.

Dechow, P. M., Schrand, C. M. (2004) Earnings quality. Charlottesville (Virginia): CFA Institute.

Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401.

Demski, J., S.; Frimor, H. (1999) Performance measure garbling under renegotiation in multi-period agencies. *Journal of Accounting Research*. v. 37(3). p.187-214.

Dhaliwal, DS, Gleason, CA, & Mills, LF (2004). Last-chance earnings management: Using the tax expense to meet analysts' forecasts. *Contemporary Accounting Research*, 21(2), 431-459.

Elbannan, M. A. (2010). Accounting and stock market effects of international accounting standards adoption in an emerging economy. *Review of Quantitative Finance and Accounting*.36(2), 207-245.

El Diri, M. (2018). Definitions, activities, and measurement of earnings management. In Introduction to earnings management (pp. 5-44). Springer, Cham.

EY (2014). The new revenue recognition standard — automotive industry. Recuperado em 17 de fevereiro, 2020, de [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-applying-ifs-in-the-automotive-industry-Dec2014/\\$FILE/EY-applying-ifs-in-the-automotive-industry-Dec2014.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-applying-ifs-in-the-automotive-industry-Dec2014/$FILE/EY-applying-ifs-in-the-automotive-industry-Dec2014.pdf)

Ferrari, G. F. (2010). Atlante di diritto pubblico comparato. Torino: Utet.

Ferreira, F. R., Martinez, A. L., da Costa, F. M., & Passamani, R. R. (2012). Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 488-501.

Gallistel, D.J., Geoffery, T.P. Bartlett, J. Dodd, L. (2012) IASB & FASB Convergence Project Revenue Recognition, *Drake Management Review*.

Giedt, J. Z. (2018). Modelling Receivables and Deferred Revenues to Detect Revenue Management. *A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*. 54(2), 181-209.

Grecco, M. C.P (2013). *Efeitos da Convergência Brasileira às IFRS no Gerenciamento de Resultados da Empresas Abertas Brasileiras não Financeiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.

- Hadi, A. S. (1994). A modification of a method for the detection of outliers in multivariate samples. *Journal of the Royal Statistical Society. Series B (Methodological)*, 393-396.
- Hail, L., Leuz, C., & Wysocki, P. D. (2009). Global accounting convergence and the potential adoption of IFRS by the United States: An analysis of economic and policy factors. Available at SSRN 1357331.
- Huefner, R. J. (2016). The impact of new financial reporting standards on revenue management. *Journal of Revenue and Pricing Management*, 15(1), pp. 78-81.
- Healy, P.M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decision. *Journal of Accounting and Economics*. 7 (1-3), 85-107.
- Healy, P. M.; Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*. 13 (14), 365-383.
- Houqe, M., van Zijl, T., Dunstan, K. & Karim, A. (2012). The Effect of IFRS Adoption and Investor Protection on Earnings Quality around the World. *International Journal Of Accounting*, 47 (3), 333-355.
- Hribar, P., Kravet, T., & Wilson, R. (2014). A new measure of accounting quality. *Review of Accounting Studies*, 19(1), 506-538.
- IASB (2014). IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers. Project Summary and Feedback Statement. Recuperado em 09 de abril, 2019, de <https://www.ifrs.org/-/media/project/revenue-from-contracts-with-customers/project-summary-feedback-statement.pdf>
- Jeanjean, T.; Stolowy, H. (2008). Do accounting matters? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*. 27(6),480-494.
- Jones, J. J. (1991) Earnings management during import relief investigations. *Jornal of accounting research*. Chicago, Vol. 29, n° 2, p. 193-228, autumn.
- Jong, R. (2017). The Impact of New Accounting Standards for Leases and Revenue Recognition on the Real Estate Strategy of Listed Hotel Firms. Radboud University Nijmegen.
- Khamis, A. M. (2016). Perception of Preparers and Auditors on New Revenue Recognition Standard (IFRS 15): Evidence From Egypt. *Jurnal Dinamika Akuntansi dan Bisnis*, 3(2), 1-18.
- Kang, S. H., & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management and na instrumental variable approach. *Journal of Accounting Research*, pp. 353-367.
- Kim, Y.; Liu, C.; Rhee, S. G. (2003) The Relation of Earnings Management to Firm Size. Colege of Business Administration. University if Hawai'i, USA.

Klann, R. C.; Beuren, I. M. (2010). Gerenciamento de Resultados: Análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IRFS. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 36.

Koenker, R. W.; Bassett, G. Regression Quantiles. *Econometrica*, v. 46, n. 1, p. 33–50, 1978.

Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of accounting and economics*, 39(1), 163-197.

KPMG. (2016). Revenue issues in-depth. Recuperado em 12 de abril, 2019, de <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2016/05/IFRS-practice-issues-revenue.pdf>

Leuz, C.; Wysocki, P. D. (2016). The economics of disclosure and financial reporting regulation: Evidence and suggestions for future research. *Journal of accounting research*, 54(2), 525-622.

Macedo, M. A. S.; Kelly, V. L. A (2016). Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 82-96.

Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Marra, A.; Mazzola, P.; Prencipe, A. (2011) Board monitoring and earnings management pre- and post-IFRS. *International Journal of Accounting*, v. 46, p. 205–230.

McNichols, M.; Wilson G. P. (1988). Evidence of Earnings Management from the Provision for Bad Debts, *Journal of Accounting Research*, Vol. 26, Supplement, pp. 1–31

McNichols, M. F. (2000). Research Design Issues in Earnings Management Studies, *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol. 19, n 4–5, pp. 313–45.

McNichols, M. F. (2002). Discussion of the quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The accounting review*, 77(s-1), 61-69.

Pae, J. (2005). Expected Accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance na Accounting*. Dordrecht, v. 24, n. 1, p. 5-22.

Prakash, R. and N. Sinha (2013), Deferred Revenues and the Matching of Revenues and Expenses, *Contemporary Accounting Research*, Vol. 30, No. 2, pp. 517–48.

Phillips, J. D., Pincus, M., Rego, S. O., & Wan, H. (2004). Decomposing changes in deferred tax assets and liabilities to isolate earnings management activities. *Journal of the American Taxation Association*, 26(s-1), 43-66.

Porta, R. L., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1998). Law and finance. *Journal of political economy*, 106(6), 1113-1155.

PWC. (2017). IFRS 15 O futuro está aqui Analisando o impacto da nova norma sobre reconhecimento de receita nos seus negócios. Recuperado em 15 de fevereiro, 2020, de https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/futuro_ifrs_17.pdf

Rad, S. S. E., J.; Embong, Z.; Mohd-Saleh, N.; Jaffar, Romlah. (2016). Financial Information Quality and Investment Efficiency: Evidence From Malaysia. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*. 12, 129-151.

Rodrigues, J. M., & Niyama, J. K. (2018). Qualidade da informação contábil: uma análise da adoção dos padrões internacionais de contabilidade pelos países que compõe o G-7 e BRICS. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(4), 33-48.

Rutledge, R. W., Karim K. E.; Kim, T. (2016). The FASB's and IASB's New Revenue Recognition Standard: What Will Be the Effects on Earnings Quality, Deferred Taxes, Management Compensation, and on Industry-Specific Reporting? *The Journal Corporate Accounting & Finance*.

Santos, M. A. C.; Cavalvante, P. R. N. (2014). O Efeito da Adoção dos IFRS sobre a Relevância Informacional do Lucro Contábil no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 66, p. 228-241.

Schipper, K. (1989). Gerenciamento de resultados. *Horizontes contábeis*, 3 (4), 91.

Srivastava, A. (2008). *The challenges of improving revenue-recognition standard for multiple-element firms: evidence from the software industry (SOP 97-2)*. Tese de doutorado, Texas A&M University).

Srivastava, A. (2013). Selling-Price Estimates In Revenue Recognition And The Usefulness Of Financial Statements. *Review Of Accounting Studies*, 19, 661-697

Stubben, S., 2008. Discretionary revenues as a measure of earnings management. Working paper, University of North Carolina. Teoh, S., Wong, T., Rao, G., 1998.

Stubben, S. R. (2010). Discretionary Revenues as a Measure of Earnings Management, *The Accounting Review*, Vol. 85, No. 2, pp. 695–717.

Stubben, S. R.; McNichols, M. F. (2018). Research design issues in studies using discretionary accruals. *Abacus*, 54(2), 227-246.

Tavares, T. N. (2016). *A implementação do IFRS 15 no Brasil: análise das mudanças nos processos e controles internos para o reconhecimento da receita nos contratos de construção*. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil.

Watts, R. L.; Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *The Accounting Review*, v. 65, n. 1, p. 131-156.

Ye, J. (2006) Competências contábeis e testes de gerenciamento de resultados. Documento de Trabalho, Baruch College.

Young, S. (1999). Systematic measurement error in the estimation of discretionary accruals: An evaluation of alternative modelling procedures. *Journal of Business Finance & Accounting*, 26(7-8), 833-862.

APÊNDICE A: Testes de Correlação e Multicolinearidade Entre as Variáveis dos Modelos 1, 2 e 3

Tabela A1: Teste de correlação entre as variáveis do Modelo 1 com coeficientes de Spearman (triângulo inferior) e o coeficiente de Pearson (triângulo superior).

Variáveis	<i>anRECACC</i>	<i>IFRS15</i>	<i>AFR</i>	<i>BRA</i>	<i>RUS</i>	<i>CHI</i>	<i>BIG4</i>	<i>CRESVEN</i>	<i>TAM</i>	<i>ALAV</i>	<i>RN</i>	<i>ROA</i>
<i>anRECACC</i>		0.0263	-0.0068	-0.0403	0.0509	0.0010	-0.0226	0.0475	-0.1134	0.0302	-0.0011	0.0248
<i>IFRS15</i>	0.0348		-0.0091	-0.0047	-0.0028	0.0062	-0.0065	-0.1250	0.0197	0.0134	0.0448	-0.0774
<i>AFR</i>	0.0017	-0.0091		-0.0279	-0.0373	-0.1786	0.2565	-0.0082	0.0003	-0.0270	0.0328	0.0319
<i>BRA</i>	0.0451	-0.0028	-0.0279		-0.0387	-0.1853	0.1162	-0.0507	0.0165	0.0821	0.1153	-0.0914
<i>RUS</i>	0.0293	-0.0028	-0.0373	-0.0387		-0.2476	0.0483	-0.0264	-0.0578	0.0785	0.0027	-0.0463
<i>CHI</i>	0.0303	0.0062	-0.1786	-0.1853	-0.2476		0.1238	0.2115	0.4695	-0.0133	-0.2728	0.0981
<i>BIG4</i>	0.0209	-0.0065	0.2565	0.1162	0.0483	0.1238		0.0344	-0.3720	0.1566	-0.0907	0.0207
<i>CRESVEN</i>	-0.0514	-0.1399	-0.0125	-0.0508	-0.0374	0.2154	0.0349		0.1683	-0.0026	-0.2710	0.2925
<i>TAM</i>	-0.1081	0.0205	0.0022	0.0182	-0.0744	0.4588	0.3601	0.1464		0.4269	-0.1863	-0.0055
<i>ALAV</i>	0.0367	0.0093	-0.0345	0.0601	0.0808	0.0005	0.1696	-0.0120	0.4532		0.1257	-0.2667
<i>RN</i>	-0.0069	0.0448	0.0328	0.1153	0.0027	-0.2728	-0.0907	-0.3027	-0.1680	0.1108		-0.6043
<i>ROA</i>	0.0323	-0.0572	0.0410	-0.0745	-0.0707	0.1887	0.0500	0.3837	0.0310	-0.2821	-0.6830	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela A2: Teste de Multicolinearidade VIF das Variáveis do Modelo 1:

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>TAM</i>	1.95	0.513
<i>ROA</i>	1.77	0.5658
<i>RN</i>	1.76	0.5688
<i>CHI</i>	1.71	0.5858
<i>ALAV</i>	1.44	0.6952
<i>BIG4</i>	1.30	1.7700
<i>CRESVEN</i>	1.17	0.8537
<i>AFR</i>	1.17	0.8573
<i>BRA</i>	1.10	0.9101
<i>IFRS15</i>	1.02	0.9801
VIF médio		1.41

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela A3: Teste de correlação entre as variáveis do Modelo 2 com coeficientes de Spearman (triângulo inferior) e o coeficiente de Pearson (triângulo superior).

Variáveis	<i>anRECACC</i>	<i>IFRS15CONST</i>	<i>IFRS15TELE</i>	<i>IFRS15SOF</i>	<i>BIG4</i>	<i>CRESVEN</i>	<i>TAM</i>	<i>ALAV</i>	<i>RN</i>	<i>ROA</i>
<i>anRECACC</i>		0.0488	-0.0221	0.0009	-0.0226	0.0475	-0.1134	0.0302	-0.0011	0.0248
<i>IFRS15CONST</i>	0.0384		-0.0647	-0.1700	0.0265	-0.0871	0.0874	0.1827	0.0423	-0.1196
<i>IFRS15TELE</i>	-0.0273	-0.0647		-0.0485	0.0525	-0.0531	0.0509	-0.0027	0.0136	-0.0214
<i>IFRS15SOF</i>	0.0230	-0.1700	-0.0485		-0.0770	-0.0384	-0.1342	-0.2129	-0.0032	0.0530
<i>BIG4</i>	-0.0209	0.0265	0.0525	-0.0770		0.0344	-0.3720	0.1566	-0.0907	0.0207
<i>CRESVEN</i>	0.0514	-0.0963	-0.0861	-0.0277	0.0349		0.1683	-0.0026	-0.2710	0.2925
<i>TAM</i>	-0.1081	0.0950	0.0417	-0.1397	0.3601	0.1464		0.4269	-0.1863	-0.0055
<i>ALAV</i>	0.0367	0.1900	-0.0083	-0.2263	0.1696	-0.0120	0.4532		0.1257	-0.2667
<i>RN</i>	-0.0069	0.0423	0.0136	-0.0032	-0.0907	-0.3027	-0.1680	0.1108		-0.6043
<i>ROA</i>	0.0323	-0.1322	-0.0126	0.1002	0.0500	0.3837	0.0310	-0.2821	-0.6830	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela A4: Teste de Multicolinearidade VIF das Variáveis do Modelo 2:

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>ROA</i>	1.75	0.5728
<i>RN</i>	1.69	0.5908
<i>TAM</i>	1.51	0.6612
<i>ALAV</i>	1.40	0.7138
<i>BIG4</i>	1.17	0.8576
<i>CRESVEN</i>	1.15	0.8671
<i>IFRS15SOF</i>	1.08	0.9284
<i>IFRS15CONST</i>	1.08	0.9300
<i>IFRS15TELE</i>	1.02	0.9822
VIF médio		1.32

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela A5: Teste de correlação entre as variáveis do Modelo 2 com coeficientes de Spearman (triângulo inferior) e o coeficiente de Pearson (triângulo superior).

Variáveis	<i>anRECACC</i>	<i>IFRS15CHI</i>	<i>IFRS15BRA</i>	<i>IFRS15RUS</i>	<i>IFRS15AFR</i>	<i>BIG4</i>	<i>CRESVEN</i>	<i>TAM</i>	<i>ALAV</i>	<i>RN</i>	<i>ROA</i>
<i>anRECACC</i>		0.0349	-0.0175	0.0052	-0.0119	-0.0226	0.0475	-0.1134	0.0302	-0.0011	0.0248
<i>IFRS15CHI</i>	0.0505		-0.0453	-0.0607	-0.0607	-0.0523	-0.0125	0.2315	0.0094	-0.0889	-0.0272
<i>IFRS15BRA</i>	-0.0116	-0.0453		-0.0123	-0.0086	0.0466	-0.0165	0.0068	0.0438	0.0485	-0.0220
<i>IFRS15RUS</i>	0.0102	-0.0607	-0.0123		-0.0116	0.0331	-0.0702	-0.0702	0.0462	0.0024	-0.0341
<i>IFRS15AFR</i>	0.0063	-0.0428	-0.0086	-0.0116		0.1555	-0.0413	0.0040	-0.0163	0.0292	-0.0621
<i>BIG4</i>	-0.0209	0.0523	0.0466	-0.0116	0.1555		0.0344	-0.3720	0.1566	-0.0907	0.0207
<i>CRESVEN</i>	-0.0514	-0.0130	-0.0326	-0.0943	-0.0648	0.0349		0.1683	-0.0026	-0.2710	0.2925
<i>TAM</i>	-0.1081	0.2271	0.0074	-0.0443	0.0045	0.3601	0.1464		0.4269	-0.1863	-0.0055
<i>ALAV</i>	0.0367	0.0134	0.0332	0.0479	-0.0186	0.1696	-0.0120	0.4532		0.1257	-0.2667
<i>RN</i>	-0.0069	-0.0889	0.0485	0.0024	0.0292	-0.0907	-0.3027	-0.1680	0.1108		-0.6043
<i>ROA</i>	0.0323	0.0231	-0.0193	-0.0445	-0.0151	0.0500	0.3837	0.0310	-0.2821	-0.6830	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela A6: Teste de Multicolinearidade VIF das Variáveis do Modelo 3:

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>ROA</i>	1.76	0.5686
<i>RN</i>	1.71	0.5856
<i>TAM</i>	1.60	0.6239
<i>ALAV</i>	1.37	0.7308
<i>BIG4</i>	1.20	0.8305
<i>CRESVEN</i>	1.15	0.8708
<i>IFRS15CHI</i>	1.09	0.9174
<i>IFRS15AFR</i>	1.04	0.9629
<i>IFRS15RUS</i>	1.02	0.9828
<i>IFRS15BRA</i>	1.01	0.9911
VIF médio		1.29

Fonte: Elaborada pela autora